

4754^a **das Reuniões Ordinárias e 24^a e 25 Reuniões Extraordinárias do CONSEMA.**
48Senhoras e senhores, prezados Conselheiros, boa-tarde. Bem-vindos a mais esta Reunião
49Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Há “quorum” e podemos dar início a
50nossa sessão de hoje. Há alguma proposta de inversão de pauta ou podemos desenvolver a
51nossa reunião com base na pauta proposta? **Sr. Geraldo André Susin:** Boa-tarde ao
52Presidente, Conselheiros, convidados, pessoal da Casa. Sugestão de inversão: como o assunto
53APA é curto, solicitamos que seja deliberado, pois há um pessoal de fora. **Sr. Presidente:**
54Proposta do Conselheiro Susin para inversão de pauta, antecipando a abordagem do Item 6 –
55Instituição da APA do Rio das Antas. Submetemos aos nobres Conselheiros. Podemos
56antecipar? Vai ser antecipado. Informando aos prezados Conselheiros e demais presentes que
57temos a honra de termos entre nós hoje nesta reunião, o Secretário de Obras Públicas e
58Saneamento, o Dep. Frederico Antunes. Vamos ao Item 1 da pauta e depois passaríamos ao
59Item 2, que seria a APA e depois seguiríamos para o Item 3 sobre a habilitação dos
60Municípios, e dentro da proposta que os Srs. Conselheiros fizeram na última reunião do
61CONSEMA serão abordados. Vamos para a Ordem do Dia de hoje: **1 – Aprovação das Atas**
62**53^a e 54^a das Reuniões Ordinárias e 24^a e 25 Reuniões Extraordinárias do CONSEMA.**
63Lembrando que com isso, conforme combinado na última reunião deste Conselho,
64absolutamente atualizadas, enfim, as Atas de reuniões para, a partir da 55^a Reunião Ordinária,
65que é a reunião de hoje, os Srs. Conselheiros tenham uma Ata para avaliar previamente e nós
66submetermos à aprovação. Em apreciação dos Srs. Conselheiros a Ata de 53^a Reunião
67Ordinária deste Conselho. Como os Conselheiros receberam antecipadamente as Atas,
68passaríamos à apreciação da Ata da 53^a Reunião Ordinária para as adequações, correções que
69os Conselheiros julgarem necessárias. Está Conselheiro os Conselheiros a palavra. Alguma
70adequação? Submetemos à aprovação: os Conselheiros que aprovarem manifestem-se
71levantando o crachá; contrários; abstenções: **por unanimidade dos presentes, aprovada a**
72**Ata da 53^a Reunião Ordinária.** Vamos para a apreciação da Ata da 54^a Reunião Ordinária.
73Em votação: favoráveis levantem o crachá; contrários; abstenções: **por unanimidade dos**
74**presentes, aprovada a Ata da 54^a Reunião Ordinária;** Ata da 24^a Reunião Extraordinária.
75Em apreciação. Com os Srs. Conselheiros a palavra. Conselheiros favoráveis à aprovação da
76Ata levantem o crachá; contrários; abstenções: **por unanimidade dos presentes, aprovada a**
77**Ata da 24^a Reunião Extraordinária;** e, finalmente, a Ata da 25^a Reunião Extraordinária
78deste Conselho. Em apreciação. Com a palavra os Srs. Conselheiros. Em votação: os
79Conselheiros favoráveis à sua aprovação levantem o crachá; contrários; abstenções: **por**
80**unanimidade dos presentes, aprovada a Ata da 25^a Reunião Extraordinária.** Assim, Srs.
81Conselheiros acreditamos que enfim regularizamos, então, no que diz respeito à apreciação e
82aprovação das Atas do nosso Conselho. A partir da próxima Ata, sim, enfim, acredito que nos
83possibilitará um trabalho menos extenuante no que diz respeito a esse assunto, mas que é
84sumamente importante porque é memória do Conselho. Considerando a inversão de pauta,
85vamos para o seguinte item de pauta: **6 – Instituição da APA do Rio das Antas.** Chamamos
86o representante do Comitê Taquari-Antas para tomar a sua posição para apresentar o trabalho
87do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas no que diz respeito à
88criação de uma APA naquela bacia, considerando a sua correção com a implantação de
89pequenas centrais de geração de energia elétrica. A solicitação de inclusão na pauta foi do
90Conselheiro representante da ALGA, e passamos para a apresentação da proposta. Temos
91conosco o arquiteto Antônio Filippini, que vai fazer, em nome do Comitê Taquari-Antas esta
92explicação. **Sr. Antônio Filippini:** Boa-tarde a todos, Sr. Presidente, Sra. Secretário, Sr.
93Secretário de Estado, membros do Conselho e demais convidados. Primeiramente, é uma

94 honra estar aqui e especialmente trazendo este assunto que, para nós é de grande importância,
95 e acreditamos, não somente para a Bacia Taquari-Antas, mas para todo o Estado do Rio
96 Grande do Sul. Inicialmente, um breve esclarecimento: essa idéia surgiu no GRUMA – Grupo
97 de Urbanismo e Meio Ambiente. Em seguida ela foi endossada pelo Fórum das Entidades
98 Ambientais de Caxias do Sul, que levou até o Comitê Taquari-Antas, e, então, o Comitê
99 Taquari-Antas abraçou esta idéia. Nós temos a Bacia Taquari-Antas com uma superfície de 27
100 mil quilômetros quadrados e o rio, que pode ser descrito em dois trechos principais: o Rio das
101 Antas e o Rio Taquari. O Rio das Antas até a posição em Mussum, onde ele troca de nome,
102 ele se caracteriza por ser um rio de alta energia de relevo, profundamente encaixado e com
103 muitos meandros. E, na sua seqüência, chamado “Taquari”, é um rio quase que de planície,
104 com menor energia de relevo, e situado nas terras baixas desta bacia. O que nos traz aqui são
105 algumas situações que fazem com que essa proposta seja um impositivo. Em primeiro lugar,
106 porque estamos considerando uma questão institucional, ou seja, não se pode planejar e nem
107 fazer nenhuma gestão que envolva questão territorial ou ambiental que não seja por meio de
108 bacia hidrográfica. A segunda questão é em relação à legislação ordinária. Temos, nesse
109 trecho do Rio das Antas, praticamente todos os exemplos daquilo que a legislação estabelece
110 como área a ser preservado, espaço a ser preservado em todos os sentidos, nos seus menores
111 detalhes, como nas suas apreciações mais amplas. Outra questão que envolve, é a questão da
112 Mata Atlântica. Temos aí uma representação da Reserva da Biosfera, cuja remanescente já
113 está abaixo de 8% e isso é também de grande importância. Nessa região, nessa bacia temos a
114 Estação Ecológica do Haraquiri, é a Reserva do Papagaio Charão. Mas também temos, em
115 vias de ser implantadas, mais de 30 unidades geradores de energia elétrica UHE ou PCH, quer
116 dizer, Unidades Hidrelétricas ou Pequenas Centrais Hidrelétricas. E temos o motivo mais
117 importante, que é a utilização dos recursos oriundos da lei de compensação. Temos em vista
118 uma possibilidade da democratização da preservação ambiental, na medida em que esse rio
119 atravessa cerca de 30 Municípios da bacia. Também estamos contemplando uma outra
120 realidade institucional, que é a que se relaciona aos espaços urbanos. Temos aí uma
121 aglomeração urbana, a do nordeste do Estado, com dez Municípios integrando. Em
122 implantando essa unidade de conservação, esta área de preservação ambiental, estamos
123 favorecendo a regularização dos fluxos hídricos. Nós também temos ali um trecho da Rede
124 Ferroviária Federal, com amplas possibilidades de desenvolvimento de atividades turísticas.
125 Temos inúmeras pontes de grande envergadura e temos também uma série de viadutos e
126 túneis ferroviárias de grande importância, do ponto de vista arquitetônico, com excelentes
127 exemplos de arquitetura monumental, e temos uma situação que não pode ser diagnosticada em
128 nível de Município. Então, esta é a razão de trazermos até o Conselho de Meio Ambiente do
129 Estado. Esta é uma imagem de satélite, obtida pelo CD Brasil da EMBRAPA, com uma
130 montagem que nós fizemos: é a Bacia Taquari-Antas onde os senhores já podem perceber o
131 sulco que se constitui no Rio Taquari e no Rio das Antas. Nós estamos preocupados com a
132 preservação daquilo que já é uma realidade, ou seja, em função da profundidade dos encaixes
133 desses meandros, pela impossibilidade de utilização dessas terras com agricultura. Esse
134 terreno indicado aí já está preservado, exatamente por essas razões. E essas mesmas razões
135 impediram que, nesse trecho, qualquer cidade ou vila fosse implantada até hoje. Não temos
136 uma única vila ou uma única cidade implantada neste local. A mesma coisa já não acontece
137 nas margens do Rio Taquari, onde temos 13 cidades com inúmeras pontes, com uma série de
138 obras hidráulicas, com cais de porto, com eclusas, e uma série de coisas. Então, nós estamos
139 propondo que o Rio das Antas e o Rio Taquari sejam objeto de uma atenção especial. Na zona
140 indicada como verde seria área de proteção ambiental, porque ela está protegida, e na área

141indicada em cor laranja seria uma área de proteção cultural, em função de todos esses
142atributos culturais que estão ali implantados. E aqui há alguns exemplos desta situação que
143hoje é encontrada em termos de revestimento do solo, da cobertura vegetal e de algumas
144paisagens. A ocupação é ainda rarefeita, são apenas algumas propriedades e com uma certa
145estabilidade quanto as suas culturas. Aqui uma ampliação da imagem de satélite, obtida no
146mesmo CD Brasil, antes referido, para indicar como o Rio das Antas, como os seus meandros
147estão preservados. Nas zonas mais inclinadas a cobertura vegetal é natural. Aqui está o Rio
148das Antas e esse trecho é o trecho onde há esse vale profundo. Já nesta região, onde a
149coloração muda, pode-se ver perfeitamente a densa utilização em relação à agricultura e
150pecuária. Aqui o que foi referido antes: os exemplos do que deve ser preservado, que é
151apontado na legislação vigente, e que são verdadeiros monumentos da nossa paisagem. São os
152porões, são grandes penhascos com afloramento de basaltos, ricamente emoldurados por uma
153vegetação nativa muito bem preservada, muito saudável. Já nesta outra região, é a região do
154Rio Taquari, percebe-se como as culturas humanas se estabelecem ao longo da margem do rio,
155não só com a ocupação urbana, mas com uma ocupação agrícola muito intensa. E aqui o
156exemplo dessas obras que lá existem: a Eclusa de Bom Retiro, e aqui também, nas
157proximidades do Rio das Antas, esse é o Cânion dos Palanquinhos, um verdadeiro
158monumento natural, como tantos que existem lá. Esse é o Cachoeirão, que fica entre Nova
159Roma e Nova Pádoa. É uma área maravilhosa, um verdadeiro monumento natural, e o
160acidente geográfico e geológico mais importante da nossa bacia. Sob um outro ângulo, esse
161mesmo Cachoeirão, que deve ser visitado por todos, e explico depois as razões. Aqui um
162exemplo da Ponte dos Corfe, quer dizer, além da arquitetura monumental das pontes em uso,
163da estrutura viária em uso atualmente, há ainda monumentos históricos como esse da Ponte
164dos Corfe, que foi uma ponte feita, e que nunca foi utilizada porque a estrada não conseguiu
165chegar até ela, para se ter a idéia do nível do acidente geográfico. Temos somente uma trilha
166que nos conduz até esta ponte. Aqui os senhores vêem o leito da estrada, que leva até esta
167ponte, mostrando que temos inclusive vegetação invadindo a estrada pela falta de uso. Então,
168mais uma vez mostrando os aspectos monumentais daquela paisagem, isso na região entre
169Veranópolis e Bento Gonçalves. Se formos verificar a legislação vigente, vamos ver que todas
170elas apontam para esse verdadeiro cânion, como uma área de preservação permanente. Nós
171tínhamos aqui duas unidades hidrelétricas, e quando nós pensamos nisso, uma bem nas
172nascentes do rio e outra aqui na Bacia do Rio Forchetta, que estão ambas em fase de
173construção. Aqui temos três grandes unidades hidrelétricas, que serão responsáveis pela
174geração de 1/3 da energia que vai ser gerada nesta bacia, segundo as resoluções da FEPAM.
175Aqui vamos indicar apenas algumas das outras que serão construídas no Rio Carreiro, no Rio
176da Prata, apenas indicando algumas destas unidades que serão implantadas, e são em número
177de 37. Ora, isso que nos parecia ser, de certa forma, um grande acidente em termos de
178preservação ambiental, permitiu-nos, na verdade, revelar essa natureza exuberante da bacia e
179nos permitiu pensar nessa APA Rio das Antas. Então, essas bolinhas representariam algumas
180das hidrelétricas que estão sendo planejadas. Isso nos faz pensar no seguinte: se nós formos
181estabelecer a legislação vigente de uma forma tradicional, para cada unidade de geração de
182energia representará também um investimento, a título de compensação, na criação ou na
183implementação de uma unidade de conservação. Então, o que estamos temendo que, por
184exemplo, para compensar a Castro Alves, Montes Claros e 14 de Julho, que serão construídas
185aqui, alguém decida botar uma área de preservação lá, outra aqui, e outra ali, tornando difícil a
186ação do Estado no sentido de conservar, de fiscalizar, de manter estas áreas. E se nós formos
187pensar isso em relação as outras 34 unidades de geração de energia, podemos ter aqui uma

188pulverização dessas unidades de conservação, tornado praticamente impossível o trabalho do
189Estado para fiscalizar e conservar. E também o que estaríamos construindo em termos de
190sistema de áreas verdes? Ora, a nossa proposta é que elas estejam todas concentradas aqui. O
191consórcio que vai construir essas três grandes unidades aqui se mostrou favorável, porque isso
192aqui sendo conservado, isso também permite que a água, com esta mata ciliar, tenha o seu
193fluxo regularizado, o que ajuda na geração de uma energia firme. Então, eles se mostraram
194interessados. E se mostraram interessados porque ao realizar este impacto ambiental aqui, ao
195mesmo tempo, estariam mostrando como compensar esse impacto, aplicando recursos na
196bacia e aplicando no próprio corpo d'água, de onde eles vão tirar energia. Essas bolinhas, que
197vão aparecer nesta área, indicam as possibilidades de utilização desta APA ou desta unidade
198de conservação com cerca de 300 Km de extensão ao ângulo do rio, favorecendo a
199democratização e a ampliação do significado de preservação na nossa bacia. Isso, para nós,
200torna mais útil a conservação do ambiente em relação a termos uma unidade de conservação
201aqui e ali. Não que não tenham validade essas unidades, mas tornar-se-ia difícil, enquanto que
202concentradas aqui nos permitiriam essa democratização, ou seja, nós estaríamos
203descentralizando em relação a toda a bacia, em relação aos 120 Municípios que compõem esta
204bacia hidrográfica. Assim, é que entendemos a distribuição de equipamentos e a utilização
205desta unidade de Conselho não-só para a criação de estruturas para a educação ambiental, mas
206para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo e ao recreio. Sem contar na
207vantagem que isso possa representar para a fauna e para a flora, na medida em que se tem essa
208continuidade paisagística. Então, esses valores excepcionais da nossa paisagem não estariam
209perdidos, mas estariam agregados a toda uma estrutura de preservação e isso poderia ser de
210alto significado para a nossa região, para os nossos Municípios como uma oferta alternativa de
211um turismo interno, numa região de serra onde não temos as facilidades do litoral. Então, o
212motivo que nos traz aqui, para que isso seja levado em consideração pelas organizações do
213Estado, que lidam com a questão ambiental, e nós estamos pretendendo que isso não seja
214atributo desta bacia, somente. Mas, que este enfoque, em nível de bacia, obedecendo a
215legislação, obedecendo a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, também seja
216examinada esta questão nas demais bacias de nosso Estado e que isso venha profundamente
217ao encontro da política de recursos hídricos implementada pela Lei nº 10.350. Então,
218agradecendo a oportunidade, e a paciência dos senhores, devolvemos a palavra ao Sr.
219Presidente. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Agradecemos a exposição feita pelo aqui pelo
220Antônio. Colocamos a palavra à disposição dos Conselheiros para as suas considerações.
221Considerando a explanação, aqui feita, pelo Comitê Taquari-Antas, na verdade, nós estamos
222recebendo, como uma sugestão, como uma proposição de que o Governo do Estado, por meio
223de seus órgãos competentes, passe a focalizar a aplicação destas compensações, esse 0,5% do
224valor da obra, nas áreas onde os impactos ambientais acontecem. **Sra. Kathia Maria**
225**Vasconcellos Monteiro:** Acho muito importante esta iniciativa do Comitê em propor a
226criação da APA, e vejo que não vai haver problema por parte do Estado em reconhecer esta
227área legalmente como uma área de proteção ambiental em razão de todos os mecanismos
228legais que já protegem esta área. E vejo também que é uma medida importante, porque toda a
229APA tem que ter um núcleo, tem que ter áreas de uso indireto. E vejo que esta APA, sendo
230criada pelo Governo do Estado, e as áreas-núcleo desta APA sendo aplicadas com o dinheiro
231da compensação ambiental destas centrais e pequenas usinas de geração de energia, quando
232for o caso. Acho que realmente o trabalho está muito bem feito, muito bem explanado, e só
233agora falta o Estado, o DEFAP levar adiante e efetivar, reconhecer a APA o mais rápido
234possível. **Sr. Geraldo André Susin:** Pediria gentileza, que estou sem a cópia do ofício, e se o

235senhor tem uma cópia, se pudesse ler, pois ele sintetiza a nossa preocupação, inclusive foi o
236motivo. **Sr. Presidente:** Está aqui: “*Caxias do Sul, 11-08-2003. Vimos, por meio desse,*
237*solicitar a oportunidade de apresentar o Projeto Área de Proteção Antas – APA Antas, junto*
238*ao CONSEMA. Considerando que existem recursos financeiros, definidos por lei, na ordem*
239*de 0,5% do valor total da implantação das diversas hidrelétricas no Rio das Antas, esse*
240*investimento deveria ser aplicado na proteção e recuperação do impacto ambiental*
241*ocasionado pelo empreendimento energético. Requeremos que seja encaminhada, via*
242*CONSEMA, a solução legal, do presente caso, o mais breve possível, pois corremos o risco*
243*de perder o referido recurso ou a sua pulverização em ações diversas. Estamos à disposição*
244*para maiores informações*”. Cita telefone e e-mail. “*Sendo o que se apresenta para o*
245*momento, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhe protestos de estima e consideração,*
246*assina: Geraldo André Susin – Presidente da ALGA*”. Portanto, a proposição é de que se
247encaminhe ao setor responsável da proposição de que esta petição se realize. Dito,
248resumidamente, Geraldo, é esta a solicitação que a ALGA está procedendo, nesse momento.
249**Sr. Geraldo André Susin:** Na verdade, não é só a ALGA, isso é uma proposição do Fórum
250das Entidades Ambientais e do Comitê, mas só sublinha a expressão “pulverização dos
251recursos”, pois perderemos isso se não tomarmos medidas urgentes. Muito obrigado. **Sra.**
252**Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Temos que ter o cuidado, que há uma resolução que
253diz que 0,5% dos recursos de um empreendimento têm que ser destinados para uma unidade
254de conservação de uso indireto. Uma APA não é uma área de conservação de uso indireto. Ela
255é uma área de preservação de uso direto. O que tem sido feito, nos últimos anos, para evitar a
256pulverização do recurso, que, nesse caso, seria 30 projetos, com recursos talvez bem
257pequenos, o que tem sido feito, nos últimos anos, é concentrar os recursos dos
258empreendimentos para regularização de algumas áreas. O IBAMA tem feito bastante, e o
259DEFAP também já fez em algumas ocasiões, porque nós teríamos que ver se compete a este
260Conselho querer alterar uma resolução, que é nacional, que é essa resolução do CONAMA de
2610,5% para unidades de conservação de uso indireto. Por isso que falei antes que o Governo
262cria a APA e com o dinheiro das compensações ambientais faz as áreas-núcleo, que são
263unidades de conservação de uso indireto. Então, a gente tem que ter esse cuidado do que este
264Conselho vai referendar hoje aqui. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Em primeiro lugar, quero
265parabenizar a iniciativa do Comitê Taquari-Antas por estabelecer e tentar priorizar a
266preservação ambiental da bacia, que isso é extremamente importante. Por outro lado, tenho
267uma preocupação: considero que deva existir um projeto para estas APAs poderem ser
268efetivadas. Entendo que elas deveriam passar pela Câmara Técnica deste Conselho, que é de
269Biodiversidade e Política Florestal para serem analisadas e terem parecer. Considero que
270deveriam ter este processo, deveriam passar por este processo de análise e aprovação da
271Câmara Técnica. **Sr. Presidente:** Temos duas observações importantes formuladas aqui pela
272Conselheira Kathia e pela Conselheira Edi. Antes de um encaminhamento gostaria de
273enfatizar que a palavra continua ainda com os Conselheiros. Vamos ver se consigo, meus
274caros mestres, ter capacidade de síntese. A Conselheira Kathia levanta uma questão bem
275objetiva. Temos aqui presentes representantes da Bacia Taquari-Antas, do Fórum das
276Entidades que propuseram e a ALGA que tem assento neste Conselho. Lembrando que o
277recurso oriundo da compensação se dirige a unidades de uso indireto. E a observação da
278Conselheira Edi, no sentido de que esta proposta seja encaminhada, então, e sei que o Comitê
279Taquari-Antas já tem uma formulação, uma proposta, um pré-projeto, vamos assim chamá-lo,
280que encaminhe à Câmara Técnica de Biodiversidade a fim de que ali se amadureça a proposta.
281Formulo, então, a tentativa-síntese do encaminhamento e submeto ao Conselho se esta

282 formulação atender, então, o que aqui foi discutido. Este CONSEMA encaminha à Câmara
283 Técnica de Biodiversidade proposição do Comitê Taquari-Antas e outros órgãos associados,
284 no sentido de que se estude a forma de implementar, dentro da Bacia do Taquari-Antas, a
285 utilização dos recursos oriundos das compensações e que não se pulverizem em outras
286 regiões, sob a justificativa de que é na Bacia que as obras estão sendo construídas, e ali,
287 portanto, os impactos estão acontecendo, e que a compensação, portanto, deveria acontecer,
288 dentro da mesma Bacia. Nem tão síntese, acho que estiquei quase mais que a proposta. Então,
289 está em apreciação deste Plenário a proposta de encaminhamento à Câmara Técnica de
290 Biodiversidade para análise de proposição de criação de condições para aplicação de recursos
291 oriundos de compensações de obras na Bacia, na própria Bacia. Os Conselheiros favoráveis,
292 por favor, levantem o seu crachá: 16 votos; contrários; abstenções: 01. Assim, então, Srs.
293 Conselheiros, passamos para o item seguinte da pauta de hoje: **3 – Análise dos Processos de**
294 **Habilitação dos Municípios.** Temos a satisfação de termos aqui conosco representantes de
295 vários Municípios que estão pleiteando a habilitação no sentido de promover, também
296 juntamente com a gestão ambiental, o licenciamento das atividades de impacto local. Srs.
297 Conselheiros. Temos hoje, como resultado de um trabalho bastante exaustivo da Comissão e
298 da Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada a relação de 15 Municípios que,
299 conforme parecer, já distribuído aos Srs. Conselheiros e atendendo à sugestão que os Srs.
300 Conselheiros na última reunião fizeram, ou seja, de que para cada Município se fizesse uma
301 síntese caracterizando-o e, para tal, passo a palavra para o Presidente da Câmara Técnica
302 Permanente de Gestão Compartilhada Estado-Município, o Prof. Mário Buede Teixeira. **Sr.**
303 **Mário Buede Teixeira:** Boa-tarde a todos. É uma satisfação estarmos aqui novamente no
304 Plenário do CONSEMA, do qual participamos durante 04 anos. Antes de começarmos a
305 apresentar os relatórios e os nossos pareceres, gostaríamos de registrar que a nossa Câmara
306 Técnica foi criada em março de 2001 e constituída por 11 Entidades. Dessas 11 Entidades, na
307 verdade, uma delas solicitou exclusão, e hoje em dia a nossa Câmara é constituída por 10
308 Entidades: FEPAM, SEMA, Secretaria de Coordenação e Planejamento, Secretaria da Cultura
309 do Estado, a Instituição Universidade Privada (da qual sou representante), FAMURS,
310 Sociedade de Engenharia, Comitês de Bacias Hidrográficas, SINDIAGUA e o Centro de
311 Estudos Ambientais – CEA (ONG). Na verdade, quando foi instalada a nossa Câmara
312 Técnica, nós levamos muito tempo até nos organizarmos para realizar este trabalho. Então, o
313 primeiro conjunto de Municípios que nós avaliamos foi na 10ª reunião, em outubro de 2001.
314 Quer dizer, a Câmara Técnica foi criada em março e em outubro tivemos encaminhados pela
315 Comissão de Municipalização da SEMA à nossa Câmara Técnica, cinco solicitações de
316 habilitação de Municípios. Foram os Municípios de Lajeado, Quaraí, Sapiranga, Ivoti e
317 Pelotas. Nós analisamos, na Câmara Técnica, e julgamos que somente o Município de
318 Lajeado havia condições de ser habilitado. E os outros Municípios nós devolvemos à
319 Comissão de Municipalização para ser complementado uma série de dados que estavam
320 incompletos. Este ano, agora de 2003, nós já começamos com a 27ª Reunião. E nessa 27ª
321 Reunião, foi em 19-03-2003, nós não tivemos nenhum encaminhamento de Municípios para
322 análise. Na 29ª Reunião, que foi em 19 de maio, não tivemos nenhum Município aprovado,
323 apesar de terem sido encaminhados dois Municípios pela SEMA, o Município de São
324 Leopoldo e Vista Alegre. Na verdade, não foram votados e analisados nesta reunião da
325 Câmara Técnica. Foi votado na reunião da Câmara Técnica em 17 de junho, foi na 30ª, e foi
326 aprovado o Município de São Leopoldo. Na reunião do dia 09 de julho foram aprovados dois
327 Municípios, encaminhados ao Plenário e os senhores aprovaram, que foi Três de Maio e
328 Alegrete. Na 32ª e na 33ª reunião, foi agora no mês de agosto, nos dias 06 e 20, nós

329 analisamos uma série de pareceres encaminhados pela Conselho de Municipalização da
330 SEMA e nós, analisando, decidimos pela aprovação e o encaminhamento a este Plenário de 15
331 propostas, 15 solicitações de habilitação de Municípios. E é justamente isso que estamos
332 trazendo, nesse momento, ao Plenário, Sr. Presidente. Foi distribuído a todos os Conselheiros
333 os relatórios. São relatórios, primeiramente, elaborados pela Comissão de Municipalização da
334 SEMA, e solicito aos Senhores que vejam o Município de Não-Me-Toque, o relatório da
335 Comissão de Municipalização, encaminhado à nossa Câmara Técnica, de acordo com o que
336 foi solicitado pela decisão do Plenário, e contém informações sobre o perfil do Município,
337 localização, área territorial, população, economia e outras considerações. A seguir, há o
338 histórico e composição dos processos, quer dizer, a Comissão de Municipalização procurou
339 discriminar todos os documentos que o Município encaminhou, e estão todos ali, como Plano
340 Diretor, leis, portarias, enfim, todos os procedimentos. Houve, por parte da Comissão de
341 Municipalização uma série de pedidos de complementação, e essas complementações foram
342 sendo atendidas pelos solicitantes, e estão discriminadas a seguir; ao final, temos o parecer, na
343 última página, da Relatora, pois a Comissão de Municipalização, os senhores já devem ter
344 sido informados, possui uma equipe que realize este trabalho de análise. A Relatora Kathia
345 Helena Lippi fez o parecer e, ao final, no último parágrafo: “Desta forma, a Comissão de
346 Municipalização encaminha parecer favorável sobre o processo do Município de Não-Me-
347 Toque, a Câmara Técnica de Gestão Compartilha Estado/Município para avaliação e
348 encaminhamento ao Conselho Estadual do Meio Ambiente”. Então, o procedimento que
349 fizemos na Câmara Técnica foi: para cada um desses 15 pedidos, desses 15 relatórios e
350 pareceres que nós recebemos da Comissão de Municipalização, submetemos à discussão e
351 votação na nossa Câmara Técnica. Todos esses foram analisados pelos Conselheiros e
352 aprovados. Então, os senhores podem ver na primeira folha que o parecer da Câmara Técnica,
353 encaminhado ao Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, onde nós apenas nos
354 referimos que tendo recebido o pedido de habilitação do Município, esse pedido foi
355 devidamente analisado e eu diria 6-8-03, e após julgar todos os requisitos técnicos e legais,
356 satisfeitos, a Comissão apresentou relatório e parecer à Câmara Técnica, recomendando a
357 homologação do pedido de habilitação. Nesta reunião, a 32ª Reunião Ordinária, o pedido foi
358 examinado, submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Face ao exposto,
359 encaminha-se a citada documentação em anexo com parecer favorável à habilitação do
360 Município de Não-Me-Toque para o exercício do licenciamento ambiental, das atividades de
361 impacto local, de acordo com a Resolução CONSEMA 04/2002 e 011/2000. Ou seja, todos os
362 outros pareceres são semelhantes a este. Os procedimentos foram idênticos em todos os
363 processos. De forma que, se houver alguma dúvida, Srs. Conselheiros, estamos à disposição
364 para esclarecer. **Sr. Presidente:** Temos então um rol de 15 Municípios considerados após os
365 trabalhos, de alguma forma tenha acompanhado, embora não diretamente, mas indiretamente,
366 e por isso ter utilizado a expressão: um trabalho bastante exaustivo da Comissão e da Câmara
367 Técnica, no sentido de considerados habilitados, ou seja, atendendo as resoluções pertinentes,
368 e parece-nos que efetivamente seria um tanto quanto monótono proceder a uma leitura que
369 seria a mesma dos pareceres. Considerando, obviamente, que cada Municípios tem as suas
370 peculiaridades e dirimidas as dúvidas ou confirmada as habitações por meio dos processos
371 administrativos que inclusive estão aqui no canto esquerdo desta Mesa de Trabalho. Nesse
372 sentido, então, gostaria de colocar em discussão o procedimento quanto à manifestação deste
373 Plenário em relação à apreciação, com vistas a aprovação da habilitação desses
374 Municípios. Com a palavra o Conselheiro Cunha. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Uma
375 observação feita que estão bastante bem instruídos todos os processos com as informações que

376o próprio Conselho pediu. Encaminharia no sentido de que se houver Conselheiros desejosos
377de obter algum esclarecimento ou fazer algum questionamento específico a algum Município,
378que faça o devido destaque. Para aqueles que não houver destaque, propõe a aprovação “in
379locu”, uma vez que todos foram nas Câmaras aprovados por unanimidade. Então, temos que
380dar um voto de confiança ao trabalho realizado, com bastante eficácia e competência, e como
381todos dispõem do material para análise e observação, podem fazer o devido destaque, com
382isso agilizaríamos o procedimento aqui deste Conselho nesta reunião. **Sr. Valtemir**
383**Goldmeier:** Sr. Presidente. Eu gostaria de acompanhar a posição do Conselho Cunha no
384sentido de que se alguns dos Conselheiros têm algum destaque a ser feito, que se separe este
385processo, e os restantes se fizesse a votação em bloco. Gostaria, em nome da FAMURS,
386deixar registrado, em primeiro lugar, o excelente trabalho feito pela Comissão de
387Descentralização da SEMA, que constituiu uma equipe e os pareceres que têm vindo da
388SEMA para serem analisados na Câmara Técnica são efetivamente técnicos, e então
389gostaríamos de deixar o registro, em nome dos Municípios, que o trabalho feito pela SEMA
390foi muito bem pensado e eu tenho certeza que foi um avanço para o sistema estadual de
391proteção ambiental. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Considero que a votação desses
392licenciamentos se tornam bastante prejudicados em função da gente não ter recebido
393previamente. E foi até uma solicitação nossa dos pareceres, porque analisar e lê-los na reunião
394fica extremamente difícil. Quero deixar registrado isso, que fica extremamente prejudicada
395uma votação em bloco de algo tão importante como os licenciamentos locais. **Sr. Presidente:**
396Temos, então, duas proposições para apreciação. Uma proposição do Conselheiro
397representante da Universidade Privada, Presidente da Câmara Técnica de Gestão
398Compartilhada Estado/Município coincidente com as proposições do Conselheiro
399representante da SEMA e do Conselheiro representante da FAMURS, qual seja, que haja
400destaque para Municípios considerados, então, de necessária observação mais acurada e os
401demais, que seja feita votação em bloco. E a proposição da Conselheira Edi, da AGAPAN, no
402sentido de que esta votação estaria comprometida face a não-distribuição prévia da síntese, ora
403posta à disposição dos Srs. Conselheiros. Parece-me que temos dois momentos: teríamos que
404apreciar a proposição da Conselheira, ou seja, salvo melhor juízo, ou votamos ou não
405votamos, para então passar à apreciação da proposta de que fazemos destaque e votamos os
406restantes em bloco. Pode ser este o procedimento? Encaminhamento, então, para manifestação
407deste Plenário da proposição da Conselheira Edi, representante da AGAPAN. Os Conselheiros
408favoráveis a que não se vote, pelas razões expostas, a habilitação dos Municípios, que se
409manifestem levantando o crachá; os contrários, a que se proceda a votação hoje, por gentileza,
410manifestem-se; os Conselheiros favoráveis levantam o crachá (15 votos); contrários: (2
411votos); abstenção (1). **Sr. Fernando Petersen Júnior:** A propósito do interesse da Colega de
412ter conhecimento da íntegra do parecer, nada a opor no sentido de ser sistematizada a
413proposta. Imagino que este interesse dela pode ser de outros Colegas, outros Conselheiros, e
414imagino que poderia ser disponibilizada a síntese da decisão, previamente ao
415encaminhamento, para aqueles que solicitarem. Desse momento se evitaria em novos
416encaminhamentos e quem tiver interesse de ler a íntegra, previamente, pode ter acesso a esse
417documento. Não sei se complica a parte operacional, mas talvez fosse o encaminhamento. **Sr.**
418**Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Já tive oportunidade de fazer uma intervenção numa reunião
419passada quando o Conselheiro Flávio Lewgoy levantou uma suspeição de que poderia haver o
420interesse da Secretaria do Meio Ambiente de que houvesse um “patrolamento”, foi expressão
421utilizada, nesse processo do licenciamento. Nós sabemos que é um processo inexorável,
422sabemos que há uma Câmara constituída por este Conselho, a qual devemos dar toda a

423credibilidade. E falei aqui em nome da Pasta que não é o desejo, não é espírito da Secretaria
424proceder a qualquer tipo de manipulação nisso, pois é uma questão suficientemente séria, diz
425respeito ao destino de todos nós para ser tratada de maneira inconseqüente. Acompanho o
426pensamento do Colega que me antecedeu, e esta é uma forma que pode solucionar, até para
427dirimir possíveis dúvidas, para dar maior clareza aos Conselheiros que as tiverem, e acho que
428a gente pode aperfeiçoar o processo, ou seja, para quem tiver e-mail não há dificuldade em
429mandar atachado a uma mensagem a cópia deste documento. Isso pode ser feito para todos, se
430isso for desejo geral, mas pode ser feito dessa maneira direta aqueles que desejam ter mais
431segurança no seu voto, na sua posição. Além disso, gostaria de reiterar para que haja a maior
432transparência possível, que quanto a reunião de nossas Câmaras, pode-se dar com a
433participação de qualquer Conselheiro, nada a obstar naturalmente a que diferentes Entidades, e
434Órgãos aqui representados, independentemente de não ter direito a voto, mas para contribuir
435para o aperfeiçoamento do processo, maior transparência, maior clareza. Que possam estas
436designar uma pessoa que participe, que faça os questionamentos, pois temos tido um
437posicionamento semelhante no próprio Conselho Nacional do Meio Ambiente, para que a
438gente possa chegar aqui com bastante clareza, porque vamos votar, e queremos ter segurança
439naquele procedimento que vamos ter. Então, endossaria a sua posição e acho que não é difícil
440disponibilizar via e-mail, e se o demandante não tiver e-mail, pode a Secretaria mandar por
441outra via, que seja ágil, para que realmente fique claro que se quer fazer as coisas da maneira
442mais correta possível, porque isso é de interesse de todos. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr.
443Presidente. Em nome da FAMURS, e representando a Entidade que representa os Municípios,
444nós gostaríamos de colocar que nós concordamos com as posições do Conselheiro
445representante da Sociedade e da Engenharia e do Conselheiro Cunha, mas sugerimos que esta
446disponibilização, eventualmente os Conselheiros que vêm do interior, e não teria com vir um
447dia antes, que esses processos, no dia da reunião do CONSEMA, que seja feito um plantão, de
448tal maneira que aquele Conselheiro que quiser ter acesso aos processos antes da reunião, que
449chegue um pouco antes e possa buscar as informações, verificar o processo e depois chegar
450aqui na reunião devidamente esclarecido para que possa ser feita a votação. Então, apenas
451gostaria de pedir isso, e já da outra vez havia colocado, e na Câmara Técnica também deve
452ficar claro o nosso trabalho, em especial do Prof. Mário, que é o nosso Presidente agora, de
453que está sendo feito um trabalho com toda a transparência e os Conselheiros que quiserem
454acompanhar as reuniões da Câmara Técnica, há disponibilidade e inclusive a Câmara Técnica
455tem tido a minúcia de fazer uma análise após essa análise da SEMA. Entendo que, na verdade,
456estou a pedir um voto de confiança para a Câmara Técnica, afinal de contas, o trabalho é
457efetivamente técnico, nesse sentido, mas acho que poderia o CONSEMA ter um plantão, no
458dia de sua reunião, de tal maneira que aqueles Conselheiros que quisessem ter acesso aos
459processos, pudessem chegar uma hora antes ou na manhã e poder verificar os processos. Mas,
460gostaria de pedir, em nome da FAMURS, que esses Municípios, que passaram por todo esse
461processo, que a gente efetue a homologação deles no dia de hoje. **Sr. Geraldo André Susin:**
462Em momento algum estamos questionando as Câmaras, que inclusive foram criadas por nós.
463O que a gente escuta é o que já foi debatido na reunião mais recente do Conselho, que o
464Conselheiro deveria ter, no mínimo, o conteúdo para que desse uma lida e que soubesse o que
465está votando. Foi solicitado pela AGAPAN, e que gostaríamos de receber e se todos os
466Conselheiros vão para as Câmaras Técnicas, então, para que Câmara Técnica? Por exemplo,
467nós, que somos de Caxias, e vir um dia antes inviabiliza, pois somos abnegados, pagamos
468para estar aqui, e gostaríamos dessa compreensão de receber todo o material antes para que a
469gente possa vir a contribuir no processo e aprovar com segurança. Muito obrigado. **Sr.**

470**Presidente:** Reivindicação legítima, permitam-me só uma pequena observação para proceder
471encaminhamentos, e aqui consultamos o Presidente da Câmara Técnica, pois nós nos
472deparamos com um pequeno problema. A Câmara Técnica se reúne duas vezes por mês e a
473previsão para a reunião para setembro é 03 e 17. Nós teremos a reunião do CONSEMA no dia
47419. Então, quem sabe, Sr. Presidente, haja possibilidade de, na próxima reunião da Câmara
475Técnica, verificar, junto aos seus componentes, da possibilidade de proceder a uma pequena
476alteração de datas. Por exemplo: à guisa de ilustração: ao invés de 03 e 17, neste caso, neste
477próximo mês, 03 e 10, porque aí para o dia 19 há tempo suficiente de remeter para os Srs.
478Conselheiros ou por e-mail, ou pelo Correios, aquilo que foi entregue hoje. **Sr. Mário Buede**
479**Teixeira:** Creio ser perfeitamente viável e já na próxima reunião do dia 03, levarei aos
480componentes, Conselheiros da Câmara Técnica, esta proposta aqui do Plenário, e creio que
481não posso responder, naturalmente, pelos Conselheiros, mas creio que eles serão sensíveis a
482esta solicitação. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Só desejo aperfeiçoar a minha proposta
483anterior, e a exemplo do que faz o Conselho Nacional de Meio Ambiente, que esta súmula,
484que é a parte essencial que temos aqui, seja disponibilizada na página do CONSEMA, porque
485aí sim, não só o Conselheiro, como qualquer cidadão, que deseja acessar, poderá fazê-lo.
486Vamos colocar transparência ao extremo, afinal não temos nada que ocultar. A pessoa que não
487tiver e-mail, não terá dificuldade de se deslocar até qualquer máquina, conectada à Internet, e
488acessar a página, criando essa cultura. Então, já fica estabelecido, e o prazo a partir de quando
489sinalizar o Presidente da Câmara, será, digamos, cinco dias antes, e já se sabe que estará
490disponível para consulta os pareceres. Com isso damos ampla publicidade, não só aos
491interessados aqui, mas a quaisquer outras pessoas que, enfim, tenham o interesse em
492contribuir. **Sr. Mário Buede Teixeira:** Sr. Presidente. Gostaria de aproveitar a oportunidade,
493pois no dia de hoje inclusive fiz uma consulta ao site da SEMA com o objetivo de confirmar
494algumas homologações pelo Conselho. Na verdade, constatei que estão faltando muitas
495resoluções no site da SEMA. Então, queria aproveitar esta oportunidade para solicitar que o
496site seja atualizado, e disponibilizadas todas as resoluções do CONSEMA. **Sr. Geraldo**
497**André Susin:** Só lembrando que na reunião mais recente a proposição de incluir no site do
498SEMA as deliberações, as Atas, as resoluções, a sugestão do Dr. Cunha já tinha sido feita, e
499inclusive foi por nós, na reunião passada. Já tinha sido proposto, e as pessoas que tivessem
500interesse, que acessassem a documentação via Internet. **Sr. Presidente:** Três considerações a
501propósito das observações feitas até aqui, à guisa de formulação de um encaminhamento.
502Primeiro, em relação às datas, acredito que, fundamentalmente, isso se dá basicamente em
503relação a essa Câmara Técnica. Então, nós teríamos as datas de 03, 10, 17, 24 de setembro, e a
504próxima no dia 01 de outubro. E haveria uma coincidência de semanas em seqüência, mas
505poderia depois ser intercalado, ou seja, a Câmara Técnica se reúne na quarta-feira. Ou seja, a
506última quarta-feira de cada mês e a segunda quarta-feira e aí não há a coincidência e existiria
507esse tempo reiterado. Com relação a publicação das resoluções, embora não seja,
508evidentemente, era a observação que fazia agora com a Secretária Executiva, todas as
509resoluções estão no site da FEPAM, embora, sim, as observações sejam pertinentes, por uma
510questão de organização elas deverão estar no site do CONSEMA. E informar os Srs.
511Conselheiros que para disponibilização das Atas e demais informações pertinentes ao
512Conselho, está sendo construída a página, que deverá estar pronta nos próximos quinze dias
513no site da SEMA e ali dentro o CONSEMA e ali as resoluções, Atas, convocações e demais
514informações de interesse deste Conselho, objetivamente, e da sociedade gaúcha. Podemos
515passar para a apreciação da proposição feita pelos Conselheiros representantes da
516Universidade Privada, da SEMA e da FAMURS. Votamos os Municípios hoje apresentados

517pela Câmara Técnica de Gestão Compartilhada Estado/Município e considerando decisão
518deste Plenário anterior, ou seja, de que quer votar hoje, subdividindo em dois momentos:
519primeiro, vamos consultar o Plenário acerca da existência de destaques ou não. Os
520Conselheiros querem solicitar como destaque algum dos Municípios aqui relacionados? **Sra.**
521**Edi Xavier Fonseca:** Na verdade, não estou pedindo destaque, mas vou pedir vista ao
522processo do Município de Não-Me-Toque. **Sr. Presidente:** A Conselheira Edi pede vista ao
523processo de habilitação de Não-Me-Toque. Continua a palavra com os Srs. Conselheiros.
524Como não há mais destaques. Regimentalmente, a solicitação de vista exclui automaticamente
525de votação o objeto em relação ao qual foi solicitada vista. Os demais Municípios: Vera Cruz,
526Ipê, Pinhal, Alpestre, Camaquã, San Vendelino, Boqueirão do Leão, Nova Roma do Sul,
527Ilópolis, Morrinho do Sul, Tupandi, Muliterno, Pinhal Grande e Brochier. Está em votação a
528homologação dos 14 Municípios mencionados. Os Conselheiros favoráveis manifestem-se
529levantando o seu crachá: (17 votos); contrários (00); abstenções (03). Homologados, então, os
530Municípios citados. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu, em nome da FAMURS, gostaria de
531consultar à Conselheira Edi se eventualmente não haveria possibilidade da vista que ela
532gostaria de ter do processo, que fosse feita durante a reunião, que a gente pudesse,
533eventualmente, também votar o Município de Não-Me-Toque, pois, afinal de contas, o
534Município espera por essa homologação por um bom tempo, e o Município faz parte de uma
535microrregião onde toda a associação está trabalhando em conjunto, e gostaria de consultar à
536Conselheira no sentido se ela aceita fazer esta análise de vista ainda durante a reunião e, no
537final de reunião, votássemos também o Município de Não-Me-Toque. **Sra. Edi Xavier**
538**Fonseca:** Não é possível fazer isso hoje pois vai prejudicar no restante da reunião. **Sr.**
539**Armando Carlos Ross (Prefeito de Não-Me-Toque):** Ao cumprimentar o Dr. Cláudio,
540quero cumprimentar a todas as senhoras e senhores. E dizer da minha preocupação em relação
541a essa posição. Confesso-me surpreso, temos um Município absolutamente consciente da sua
542responsabilidade com relação ao meio ambiente, prova está que lá me parece que temos a
543única feita que tem um centro de meio ambiente, de educação ambiental e não entendo,
544honestamente, essa posição. Gostaria que a nobre Conselheira, cuja posição eu respeito, aqui é
545uma democracia, reconsiderasse esse ato. Nós somos um Município que temos um grande
546número de solicitações de licenciamento de pequeno porte e a nossa intenção, não só de Não-
547Me-Toque, como de todos os Municípios, é contribuir para que nós possamos agilizar todos
548os processos de licenciamento ambiental. Por isso, insisto, nobre Conselheira, par que revise a
549sua posição para não prejudicar, mais uma vez este Município, que há mais de um ano espera
550por este licenciamento. Muito obrigado. **Sr. Geraldo André Susin (Questão de Ordem):** Sr.
551Presidente. Com relação ao Exmo. Sr. Prefeito, nós compreendemos essa situação, mas temos
552um Regimento, e o Regimento é bem claro quando diz que quando é feito o pedido de vista,
553ele tem que ser retirado da pauta, e automaticamente ele entra para a próxima reunião. Então,
554isso é o nosso Regimento Interno e gostaríamos que se procedesse dessa forma e em 30 dias a
555AGAPAN passaria a vista, e daria o despacho e com certeza essa situação se normaliza. Acho
556que o Prefeito tem as suas preocupações, a gente é solidário, mas é o Regimento da Casa.
557Obrigado, Presidente. **Sra. Karla Pieper:** Sou Coordenadora da Comissão de
558Municipalização e sou membro da Câmara Técnica. Entendo perfeitamente a preocupação de
559você, e acho que foi uma preocupação muito similar que aconteceu na Câmara Técnica. No
560momento que colocamos o processo de Não-Me-Toque, sei que este processo já esteve, em
561outro momento, na Câmara Técnica, e os membros da Câmara Técnica foram extremamente
562rígidos, e está aqui o Presidente para comprovar isso, na análise, principalmente do Plano
563Ambiental deste Município. Talvez até mais do que outros Municípios. Diria para vocês,

564 como membro da Comissão de Municipalização, que fizemos um trabalho realmente bastante
565 sério, querendo atender o máximo possível as solicitações do CONSEMA e tivemos essa
566 preocupação com este Município, e no momento que colocamos para análise na Câmara
567 Técnica esse Município realmente teve uma atenção especial, e se vocês observarem lá no
568 Plano Ambiental do Município, nem vamos entrar na questão de leis, solicitações em relação
569 à questão legal. Mas, com relação ao Plano Ambiental, o Município complementou, e
570 complementou muito bem. Tudo que foi solicitado ao Município, o Município veio aqui, em
571 atendimento na Central, e eu acho que esta preocupação tem procedência, mas eu realmente
572 gostaria de, em nome da Comissão de Municipalização, e como membro da Câmara Técnica,
573 colocar que este processo é um processo que estamos ganhando ali adiante, e colocar um
574 Município, que está preparado, que está vindo nas reuniões, que está
575 complementando, à espera de mais um mês, para uma pessoa ou outra pessoa analisar o
576 processo, não estou dizendo aqui que nós não devemos fazer isso, mas é que a gente tem que
577 ser sensível, pois é um processo e as pessoas estão trabalhando nisso. Reitero que a Câmara
578 Técnica teve uma grande preocupação na análise deste processo, ele levou talvez mais tempo
579 que os outros, nesta análise, então, acho que a Câmara Técnica já deu aquele olhar de
580 CONSEMA que nós até, como Comissão de Municipalização, esperávamos. Gostaria de
581 deixar o meu comentário. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Incomoda muito um
582 assunto que podia estar resolvido, a gente está aqui discutindo a um tempo. A Conselheira
583 pediu vista ao processo, e ela tem todo o direito a isso, e o representante da Prefeitura se
584 manifestou. E como a Conselheira Edi não se manifestou, quer dizer, que ela continua com
585 interesse de vista, é direito dela, e vamos continuar a reunião, pois se cada um for expor as
586 suas preocupações, não se sai deste tema de pauta. **Sr. Presidente:** Considerando a
587 manutenção do pedido de vista, regimentalmente, portanto, está concedido o pedido de vista à
588 Conselheira Edi, que tem o prazo de 28 dias, pois a próxima reunião é no dia 19 de setembro,
589 e o processo de habilitação de Não-Me-Toque estará automaticamente na pauta da próxima
590 reunião como item prioritário. Vencido este ponto da nossa pauta de hoje, gostaria de fazer
591 uma observação acerca do ponto seguinte. Hoje era para ser apresentado o relatório acerca dos
592 Municípios que já estão realizando o licenciamento ambiental para atividades e
593 empreendimentos de impacto local, mas, como as informações ainda não chegaram por
594 completo, nós estaríamos fornecendo aos Srs. Conselheiros informações não fidedignas.
595 Razão pela qual, então, passamos também, Srs. Conselheiros, para a próxima reunião um
596 relatório dos Municípios que já executam a atividade do licenciamento ambiental. **Sr.**
597 **Valtemir Goldmeier (Questão de Ordem):** Sr. Presidente. Gostaria de pedir que esse
598 assunto fosse colocado em pauta, não necessariamente na próxima reunião, mas na reunião
599 imediatamente após o encontro que a SEMA está organizando com os Municípios que estão
600 efetuando licenciamento ambiental. Parece que já há um encontro marcado, a Conselheira
601 Carla poderia-se manifestar, e eu, pessoalmente, entendo que esse encontro também vai servir
602 como um balanço de todo esse trabalho. Então, a minha solicitação, entendo que o relatório
603 vai ser melhor substanciado para a reunião e para o conhecimento dos Conselheiros. Vou
604 solicitar que isso fosse na reunião posterior ao encontro que será promovido pela SEMA, dos
605 Municípios que estão efetuando licenciamento ambiental de impacto local. **Sra. Kathia**
606 **Maria Vasconcellos Monteiro:** Esse assunto já era para ter sido discutido na reunião
607 passada, ficou para esta reunião, e não vejo por que ele ser retardado em mais uma reunião.
608 Acho que com os dados ou sem todos os dados esse relatório tem que ser apresentado na
609 próxima reunião do CONSEMA, independente deste encontro, que o representante da
610 FAMURS falou, porque se os Municípios não têm condições sequer de prestar contas para a

611FEPAM e para o CONSEMA sobre o que estão fazendo, realmente a gente começa a se
612questionar se eles são capazes de realmente fazer um licenciamento com qualidade. **Sr.**
613**Geraldo André Susin:** Já perdi a conta de quantas reuniões passadas pedimos o relatório de
614Caxias do Sul, e continuamos reiterando, que se ele está pronto, a gente poderia levá-lo hoje
615para, na próxima reunião, tê-lo bem estudado. **Sr. Presidente:** Ainda não em razão daquilo
616que foi exposto. **Sr. Geraldo André Susin:** Obrigado, Presidente. **Sr. Presidente:** Passamos
617para o item seguinte: ; 4 – **Apresentação da situação do licenciamento ambiental da**
618**Rodovia Rota do Sul (solicitação do Núcleo Amigos da Terra/Brasil)** . Com a palavra o
619representante do IBAMA, o Sr. Lúcio Rodrigues. **Sr. Lúcio Rodrigues:** Boa-tarde, senhoras e
620senhores. Estou aqui representando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e venho pela
621solicitação em pauta de informação da situação do licenciamento do empreendimento Rota do
622Sol . Sou Coordenador do Núcleo de Licenciamento Ambiental do IBAMA. A situação lá é a
623seguinte: o DAER é detentor da Licença de Instalação nº 12/1997, que foi recentemente
624renovada em 29-04-2003, estando, portanto, com relação ao licenciamento, perfeitamente
625regular para o desenvolvimento das atividades de implantação, e tenho a acrescentar, com
626relação a essa licença e ao desenvolvimento das obras, que a única situação extraordinária que
627nós temos é com relação a duas condicionantes dessas licenças, que se encontram atrasadas,
628mas não por isso abandonadas, pois o DAER e o IBAMA estão em perfeita articulação e
629negociação do andamento destas condicionantes, e então elas estão sendo preparadas para o
630atendimento, estão sendo encaminhadas ao atendimento. São condicionantes referentes ao
631cronogramas de implantação das unidades de conservação referentes à compensação do
632empreendimento, que são a APA da Rota do Sol e a Estação Ecológica de Aratinga, e uma
633outra condicionante referente à sinalização da rodovia. Portanto, coloco-me à disposição aqui
634para outros esclarecimentos, que entendam necessários, mas a situação, como prevista em
635pauta, é esta. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Na reunião de maio eu coloquei
636este assunto nos Assuntos Gerais, que foram desmatados 10 hectares de mata paludosa, 10
637hectares de corte raso num dos últimos fragmentos importantes de mata paludosa do nosso
638Estado. Durante duas reuniões não foi apresentado nada porque o IBAMA estava de greve,
639porque não tiveram tempo, tudo bem. Agora, vir aqui, sem o DAER estar aqui para apresentar
640o que fez, sem trazerem uma fotografia para mostrar, para dizer o que estão fazendo, para que
641serve o CONSEMA? Isso é um assunto que foi pautado, que se discutiu exaustivamente o
642licenciamento da Rota do Sol. A Rota do Sol é um investimento de milhões, e fizeram um
643corte raso porque não queriam gastar mais um milhão? Será que um viaduto não justificava
644manter aquela floresta em pé? O Prof. Sérgio, da Universidade, está aqui para e pode explicar
645para vocês o que é feito de borda, se os técnicos do IBAMA e os técnicos do DEFAP não
646sabem. Os que tem licença eu sei, porque se não tivesse licença nós já tínhamos estado no
647Ministério Público. Agora, vamos entrar no Ministério Público em razão da falta de
648capacidade técnica dos órgãos ambientais em licenciar, e isso é um absurdo! Vamos fazer,
649estamos dentro do nosso direito, agora, é um desrespeito do IBAMA com este Conselho e não
650posso compactuar com isso. **Sr. Lúcio Rodrigues:** Não vou-me manifestar a respeito dos
651direitos e deveres de cada um, acho que não é a ocasião, mas eu tenho para declarar que a
652solicitação foi de apresentação da situação do licenciamento ambiental da Rota do Sol, como
653está em pauta, como nos foi encaminhado: a situação do licenciamento ambiental da Rota do
654Sol é a que foi apresentada. Então, outras questões podem ser discutidas, e não foi o
655solicitado. As competências, em questão, também acho que esse não é o fórum para discuti-
656las. A forma como as coisas foram conduzidas é pública, e a condução do assunto mata
657paludosa também está sendo feita com a participação do DAER, e o DAER, por sinal, está

658 aqui representado, e com a participação do DEFAP, que é o gestor daquela unidade de
659 conservação. Só tenho-me a colocar à disposição da senhora para a discussão, que a senhora
660 entender necessária, no fórum adequado. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** A
661 discussão que eu entender necessária, não. Porque em reuniões em que tinha representantes do
662 IBAMA, aqui presente, ficou muito claro o que queríamos. Se o representante do IBAMA não
663 passou para a sua pessoa o que nós queremos ouvir, isso não é responsabilidade nossa. Esse
664 fórum é um fórum que vem discutindo Rota do Sol há muito tempo. Se os representantes do
665 IBAMA não vêm, não se comunicam, não aparecem, pois durante muitos anos ficaram sem
666 aparecer, acho que realmente é uma certa má-vontade. A verdade é essa, e a gente tem visto
667 que o Comitê da Reserva da Biosfera se colocou à disposição para discutir o assunto,
668 apresentou alternativas, e não estamos querendo parar a obra, e não estamos dizendo que a
669 obra tem que mudar, pois há solução. É caro? É cara! Só que a gente quer discutir. E está
670 sendo discutido com quem? Com quem tem competência para isso: IBAMA e DEFAP. E o
671 resto da sociedade fica a ver navios! O Comitê da Reserva da Biosfera se colocou à disposição
672 e não foi chamado. Nós pedimos, enquanto CONSEMA, a apresentação da situação e não
673 fomos apresentados. Então, acho que a gente está vendo muito bem os órgãos ambientais que
674 a gente está tratando. E também a preocupação do DAER, já que tem alguém do DAER aqui,
675 a gente consegue verificar que a posição do DAER continua sendo um desrespeito à questão
676 ambiental, a integridade do nosso patrimônio genético, e que não mudaram nada, e que só
677 mudam depois de muita pressão. Eu não vou mais me manifestar sobre este assunto hoje, e a
678 gente vai ver o que vamos fazer, se vamos voltar a pautar esse assunto no CONSEMA.
679 Obrigada. **Sr. Lúcio Rodrigues:** Faço mais uma colocação sobre a representação. A
680 Conselheira do IBAMA dentro deste Conselho não se encontra aqui representada hoje,
681 conforme já foi justificado, que a Casa, por demandas da posição dela em Brasília,
682 infelizmente tivemos um problema com a suplência, de ordem pessoal, que não me cabe
683 julgar, e por essa razão não temos aqui um Conselheiro do IBAMA. Venho como
684 Coordenador do Núcleo de Licenciamento falar sobre licenciamento. Quanto ao fórum
685 adequado para a discussão, ou quanto a competência para a discussão, em momento algum eu
686 coloco que a competência para essa discussão é exclusivamente do DEFAP ou do IBAMA,
687 pois entendo e compartilho da necessidade de participação da comunidade em qualquer esfera,
688 nas decisões e discussões, e o que tenho que colocar é que, por uma demanda anterior do
689 próprio Comitê da Mata Atlântica, criou-se a situação de reavaliação de um projeto que já tem
690 muitos anos, que há muito tempo prevê a passagem naquele local, e que no próprio decreto de
691 estabelecimento da Reserva Biológica da Mata Atlântica, esse traçado era previsto, e por essa
692 razão aquela reserva é composta de dois segmentos, de duas poligonais, e realmente
693 entendemos a necessidade de discussão da importância do ecossistema, tanto é que está posto
694 um grupo de trabalho envolvendo o DAER e o DEFAP, com a medição do IBAMA, que é o
695 órgão licenciador, - o DEFAP, enquanto gestor, e o DAER, enquanto empreendedor -, para
696 verificar aquelas solicitações do próprio Comitê da Mata Atlântica de gerenciar, da melhor
697 maneira possível, aquele ecossistema e a comunicação das duas partes dessa reserva. Nós
698 ficamos à disposição para esta discussão e conversa, sempre que ela for necessária, em
699 qualquer local, inclusive no Núcleo de Licenciamento do IBAMA. **Sr. Presidente:** Temos três
700 inscrições já formuladas. **Sr. Cláudio Achute da Fonseca:** Sou engenheiro e Superintendente
701 do Departamento de Estudos e Projetos do DAER, e estou aqui acompanhado da
702 Coordenadora Técnica de Meio Ambiente, a Eng^a. Denise, que é um setor que está inserido no
703 Departamento de Estudos e Projetos. E também do Eng. Ricardo Nunes, que é Coordenador
704 de Projetos deste Departamento. Realmente recebi a pauta do meu Diretor-Geral, a qual estou

705representando aqui, e no Item IV diz o seguinte: “Apresentação da situação do licenciamento
706ambiental da Rodovia da Rota do Sol”. E eu vim realmente preparado para isso. Agora, esta
707obra foi amplamente discutida, inclusive em audiência pública. E quando foi realizado em São
708Francisco, esse traçado já estava passando por onde tem a sua origem hoje, e, de qualquer
709maneira, o DAER, IBAMA e DEFAP têm discutido muito o assunto, durante a realização da
710obra, e o DAER está sempre aberto a executar as obras necessárias, e o vulto que se tornou a
711Rota do Sol hoje, estava por ser classificado num dos maiores empreendimentos ambientais
712do País e eu quero também deixar claro que hoje a instituição da rodovia, naquela região, está
713fazendo com que se evite um desmatamento clandestino, que havia na região, e que todos nós
714sabemos, e alguns técnicos da FEPAM que estão aqui conosco, quando se visitava a estrada
715antiga, era comum ver-se descendo caminhos com toras na região, rotineiramente, com corte
716clandestino. Hoje, com a instituição da rodovia isso inibiu esse corte e, de qualquer maneira,
717estou autorizado, pelo meu Diretor-Geral, a convidar o Conselho Estadual de Meio Ambiente
718para assistir uma palestra, para que seja determinado o local pelo Presidente do CONSEMA, e
719agendado junto com o meu Diretor, temos uma palestra que detalha, e me parece até que o
720interesse da Conselheira era esse, todas as atitudes que estão sendo tomadas durante a obra e
721que serão tomadas, no futuro, com relação à Rota do Sol. Faço esse convite, para ser agendado
722com o Presidente do CONSEMA e o Diretor-Geral do DAER, para que seja feita esta palestra
723num local a ser pré-determinado. Obrigado. **Sr. Sérgio Luíz de Carvalho Leite:** Gostaria de
724perguntar qual é a classificação da unidade de conservação de Aratinga, que está prevista? **Sr.**
725**Lúcio Rodrigues:** Temos duas unidades de conservação previstas a serem implantadas em
726função do empreendimento. Elas são a APA da Rota do Sol, que é uma área de proteção
727ambiental, e inserida completamente no contexto desta APA, uma estação ecológica de
728Aratinga, uma ESEC. **Sr. Sérgio Luíz de Carvalho Leite:** É classificada como estação
729ecológica? **Sr. Lúcio Rodrigues:** Perfeitamente. **Sr. Sérgio Luíz de Carvalho Leite:** E que
730estágio elas está na implantação? **Sr. Lúcio Rodrigues:** Estamos em estágio preliminares. **Sr.**
731**Cláudio Achute da Fonseca:** O DAER já executou uma licitação e o projeto já foi executado,
732entregue ao Departamento, do cadastramento de todas as áreas daquela região, e ela está
733perfeitamente delimitada, e a partir desse momento o DAER está providenciando na
734desapropriação da área, mas está à disposição da UFRGS o cadastramento de toda a região, já
735delimitada e com todos os seus limites. **Sr. Lúcio Rodrigues:** O momento é de levantamento
736funditário e o próximo momento é de regulação funditário. **Sr. Sérgio Luíz de Carvalho**
737**Leite:** Qual é a distância dela do leito da estrada? **Sr. Lúcio Rodrigues:** Não tenho essa
738informação, nesse nível de detalhe, e o assunto em pauta era o contexto do licenciamento,
739então, vou ter que de novo relevar o DAER a resposta. **Sr. Cláudio Achute da Fonseca:**
740Temos um mapa, estamos mostrando ao Conselheiro, mas para que todos os Conselheiros
741fiquem ao par, mas há regiões dela em que é lindeira à rodovia. Todos os dados que o
742Conselho necessitar com relação a elementos da Rota do Sol, o DAER está à disposição em
743fornecer, e nos faça isso oficialmente e nós enviaremos ao Conselho. **Sr. Sérgio Luíz de**
744**Carvalho Leite:** Ao que me consta, no início do licenciamento, estava prevista, para quando
745da inauguração da Rota do Sol, uma unidade da Brigada Militar, um pelotão ambiental, e eu
746pergunto: na renovação das licenças está referendada essa exigência e continua isso previsto?
747**Sr. Cláudio Achute da Fonseca:** Positivo, continua previsto. As condicionantes não foram
748alteradas, e elas acrescidas, jamais foram declinadas. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Em nome da
749FAMURS, vou fazer uma sugestão, Sr. Presidente, que esse assunto, pela relevância, e pelo
750que nós notamos na manifestação da Conselheira Kathia, dos Amigos da Terra, entendo que
751caberia que se fizesse, de repente, uma audiência pública sobre a situação atual, tanto levando

752em conta o que estava previsto na hora da audiência pública realizada, do licenciamento e das
753obras efetuadas. E aí todas as partes poderiam-se manifestar, e, posteriormente a isso, tirar-se-
754iam as conclusões necessárias. Entendo que nós poderemos encaminhar o assunto nesse
755sentido, de que o CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente, poderia chamar uma
756audiência pública, próximo ao local, até para as populações poderem participar, no sentido de
757dirimir e esclarecer todas as dúvidas que possam estar sendo levantadas, por quaisquer
758entidades e quaisquer das partes envolvidas. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** O Conselheiro da
759FAMURS deu uma sugestão, que considero interessante, mas não sei se ela é legal, uma nova
760audiência pública. Mas, talvez não com esse nome, mas como reunião técnica de apresentação
761do projeto à comunidade, e acho que seria conveniente fazer, em função das dúvidas que se
762têm, ou mesmo do conhecimento de como está o andamento deste processo. Acho que caberia
763se fazer este tipo de apresentação novamente, mas aí o IBAMA com todos os dados, o DAER
764também. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Conselheira, referendando, isso está previsto no Código
765Estadual do Meio Ambiente, que todos os assuntos de relevante interesse ambiental, pode ser
766chamada uma audiência pública. Então, não esclarece que tenha que ser necessariamente para
767um licenciamento. Então, está previsto no Código Estadual do Meio Ambiente, e se nós o
768fizermos, estaríamos colocando em prática um dos artigos do nosso Código Estadual do Meio
769Ambiente – Lei nº 11.520/2000. **Sr. Presidente:** Temos, então, proposta de encaminhamento
770no sentido de realizar uma audiência pública ou uma reunião técnica. Consulto à Conselheira
771Kathia se anui com esta proposta. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Pode ser. **Sr.**
772**Presidente:** Temos aqui a proposição, considerando as ponderações da Conselheira Edi e do
773Conselheiro Valtemir no sentido da realização, ou reunião técnica, que é a forma pela qual o
774IBAMA pode operacionalizar, ou por meio de uma audiência pública que poderia ser
775chamada pelo CONSEMA. Acho que vamos democraticamente decidir. Em consideração dos
776Srs. Conselheiros: se assim o desejarem, os que fizerem defender uma ou outra proposição,
777acerca da oportunidade de se realizar uma reunião técnica ou uma audiência pública? Os
778Conselheiros favoráveis a que seja realizada uma audiência pública convocada por este
779Conselho Estadual do Meio Ambiente, que se manifestem levantando o crachá: 12 (doze
780votos; Conselheiros favoráveis à realização de uma reunião técnica convocada pelo IBAMA:
7813 (três votos); Abstenções: 2 (dois votos). Então, a proposição aprovadas é de que este
782Conselho Estadual do Meio Ambiente chame uma audiência pública para tratar das questões
783macro e micro em relação a Rota do Sol no presente momento. Houve uma proposta inicial do
784Conselheiro Valtemir de que a audiência pública seja realizada nas imediações da Rota do
785Sol. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Uma vez decidida pela audiência pública, surgiu, em primeiro
786lugar, que deste Conselho se tire um Grupo de Trabalho para organizar a audiência pública, é
787necessário, porque não adianta só chamar a audiência pública, pois as pessoas que vão
788participar disso vão ter que se reunir, então, sugiro que tire um grupo de três Conselheiros,
789mais o IBAMA, mais a SEMA e mais o DAER, par que se reúnam, e na próxima reunião do
790Conselho apresentem uma proposta de local e data para a realização da referida audiência
791pública. **Sr. Presidente:** Temos uma proposição endossada? **Sr. Fernando Petersen Júnior:**
792Sociedade de Engenharia endossa a proposição da FAMURS. **Sr. Presidente:** Colocamos em
793apreciação dos Srs. Conselheiros da proposta do Conselheiro Valtemir e do Conselheiro
794representante da Sociedade de Engenharia, no sentido de que juntamente com a SEMA,
795IBAMA e DAER sejam hoje designados três representantes deste Conselho para a
796constituição do Grupo de Trabalho que vai, então, preparar a audiência pública que será
797definida na próxima reunião deste Conselho. Em votação esta proposição: os favoráveis,
798levantem o crachá: 16 (dezesseis) votos; abstenções: 1 (01 voto); contrários (não). Fazemos

799consulta ao Plenário acerca de quais seriam os três representantes deste Conselho, para
800juntamente com DAER, IBAMA e SEMA procederem aos trabalhos, ora propostos, e
801endossados pelo Plenário. **Sr. Valtemir Goldmeier:** A FAMURS está à disposição. **Sra.**
802**Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Depois da situação de hoje, realmente não me sinto à
803vontade para trabalhar com o IBAMA. Neste momento não assumimos esta responsabilidade,
804pois depois do que aconteceu hoje aqui, a gente não sente confiança no IBAMA para
805participar disso. Iremos assistir a reunião, participar da audiência pública, sim. **Sr. Manoel**
806**Augusto da Luz Coelho:** A Secretaria de Cultura coloca-se à disposição. **Sra. Edi Xavier**
807**Fonseca:** Está bom este número de participantes. **Sr. Presidente:** Consulto este Plenário:
808aprova o SEDA e FAMURS, portanto, um representante a menos, podem ser esses cinco
809elementos para participar? Os Conselheiros favoráveis manifestem-se levantando o crachá: 19
810(dezenove) votos; contrários: (não); abstenções (não). Por unanimidade dos Conselheiros
811presentes, portanto. Considerações finais do IBAMA. **Sr. Lúcio Rodrigues:** O IBAMA faz
812questão da discussão, na forma da reunião técnica ou da audiência pública, pois as reuniões
813técnicas que temos promovido têm esse nome pois às vezes não nos é permitido realizar o
814evento com o nome de audiência pública, dependendo do momento de um processo, mas nós
815temos conduzido reuniões técnicas com as mesmas características de audiências, ou seja, com
816a representação dos setores envolvidos e da comunidade visando legitimar os processos.
817Além disso, queria dizer que nos colocamos à disposição para discussões técnicas, não só aqui
818no âmbito do CONSEMA, como também dentro de nossa Casa, que é o Núcleo de
819Licenciamento do IBAMA, sempre que as pessoas sentirem necessidade de informações e de
820discussões a respeito de quaisquer temas que a gente esteja desenvolvendo. No mais, gostaria
821de agradecer a atenção de vocês. Obrigado. **Sr. Presidente:** Muito obrigado ao representante
822do IBAMA. Vamos para o item 4 da pauta: **4 – Apresentação, pela SEMA, do cenário atual**
823**dos poços tubulares profundos.** Será feita a apresentação pelo Diretor do Departamento de
824Recursos Hídricos, Rogério Dewes, acerca do cenário atual dos poços tubulares profundos a
825partir de uma solicitação feita pela ALGA, e que, na reunião passada, face a extensão da
826reunião, não tivemos tempo hábil. Com a palavra o Rogério Dewes. **Sr. Rogério Dewes:** Boa-
827tarde a todos. Recebi o convite para fazer uma exposição sobre a situação atual dos poços
828tubulares profundos, conforme consta de item da pauta. Acho que antes de falar sobre a
829situação atual dos poços, acho que a gente tem que falar um pouco sobre a situação atual do
830conhecimento sobre águas subterrâneas no Estado. Há alguns anos, quando ainda em 1997,
831quando o Departamento de Recursos Hídricos ainda estaria na Secretaria de Obras, naquela
832ocasião, fizemos um convênio com a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais para
833realizar o mapeamento hidrogeológico do Estado. Por que isso? Porque a gente tinha
834consciência de que o nível de conhecimento existente sobre águas subterrâneas é
835extremamente reduzido no Estado. Há pontos pontuais em que se tem um conhecimento mais
836detalhado, mas não se tem uma informação digna que nos permita uma análise global da
837situação dos aquíferos do Estado do Rio Grande do Sul. Há um outro problema, que
838diferentemente de bacias hidrográficas, em que a gente consegue estabelecer um divisor de
839águas, no caso de águas subterrâneas, esse divisor de águas é extremamente incerto, pois há
840inter-relações entre as várias estruturas geológicas, entre as várias formações que dificultam,
841sobremaneira, a gente estabelecer limites que nos permitam ter um adequado conhecimento do
842comportamento de águas subterrâneas. Infelizmente, por alguns problemas, esse trabalho não
843teve andamento nos últimos anos, e nós, agora, conseguimos fazer com que finalmente se
844pudesse dar continuidade a esse trabalho de mapeamento da situação atual das águas
845subterrâneas no Estado do Rio Grande do Sul. Isso é um trabalho que deve demorar em torno

846de dois anos, e irá produzir um mapeamento, numa escala de trabalho de 1: 500.000 e, na
847escala de publicação, de 1: 750.000, então, ter-se-á uma primeira visão geral que nos permita
848caracterizar a situação das águas subterrâneas e dos aquíferos existentes neste Estado.
849Segundo aspecto: a questão da utilização da água subterrânea. É um processo histórico de que
850águas subterrâneas tem sido utilizadas da forma mais caótica possível, não-só no Rio Grande
851do Sul, mas também no País. Não se tem, talvez, 0,0001% de informação sobre qual é o real
852volume de água que está sendo explorada no Estado por uma série de motivos. Em primeiro
853lugar, porque água subterrânea não aparece, ela está escondida. Em segundo lugar, os sistemas
854de captação de águas subterrâneas não são visíveis, ou seja, o poço é um estrutura
855extremamente reduzida e facilmente escondida, pode-se dizer assim. Atualmente, com o
856equipamento que há hoje, que há máquinas que perfuram poços de 200 metros em um dia,
857enquanto que, antigamente, levava-se seis meses para se fazer um poço, hoje com os
858modernos equipamentos disponíveis aí é possível, em um dia, fazer um poço de 200 metros. E
859isso é outro fator que dificulta também a questão de fiscalização do uso da água. Os próprios
860órgãos públicos estaduais que, tradicionalmente, têm feito perfurações para captação de água
861não dispõem, sequer, de arquivos confiáveis sobre as captações que fizeram. Ou seja, o nosso
862conhecimento sobre o volume de água utilizado neste Estado, da localização dos pontos de
863captação e do possível grau de interferência das captações na situação da água subterrânea é
864muito pequeno, é extremamente reduzido. A partir da lei nº 10.350/94, nós começamos a fazer
865um processo de regulamentação da captação de água, seja ela superficial ou subterrânea. Em
86696 saiu o primeiro decreto que regulamentava a utilização da água, seja ela subterrânea ou
867superficial. Em dezembro do ano passado saiu um decreto específico para águas subterrâneas
868que disciplina e impõe uma série de condicionantes para que se possa fazer a perfuração de
869um poço. Essa regularização se dá por meio da chamada “outorga de uso da água”, que é um
870instrumento que o órgão, que o Estado, no caso, detentor do domínio dessas águas, dá ao
871usuário para que ele exerça o direito de uso da água, seja ela superficial ou subterrânea. No
872caso da água subterrânea temos dois momentos: um deles é o que se chama de anuência
873prévia, que é quando previamente a perfuração do poço, o interessado deve entrar com um
874pedido no DRH para que seja autorizada a perfuração do poço. Após a perfuração do poço, se
875atendidas as condições exigidas na anuência prévia, então é emitida a outorga de uso da água,
876que autoriza a esse usuário a fazer o uso dessa água. Só que o número de solicitações é
877extremamente reduzido, ou seja, só vem solicitar outorga de uso ou anuência prévia quem
878precisa de dinheiro, quem tem financiamento de órgãos públicos. Ou seja, se eu vou fazer um
879poço para uma indústria, se vou implantar uma indústria que vou usar água, se eu busco
880financiamento junto ao BNDES, ao Banco do Brasil ou ao BRDE, há exigência, de parte
881deles, que esse interessado disponha, então, de outorga de uso da água, e é por isso que eles
882vêm pedir. E não é porque eles estão conscientes de que eles têm que ser autorizados, ou que
883eles estão preocupados com a proteção da água. Então, isso é uma situação que acontece hoje
884conosco. Ao mesmo tempo, está sendo desenvolvida uma ação, por parte do DRH, em
885conjunto com a Secretaria da Saúde, em conjunto com a Secretaria de Obras, com a Secretaria
886da Agricultura, por demanda do Ministério Público no sentido de que pelo menos se
887regularize as captações de águas subterrâneas implantadas, por esses órgãos públicos, ao
888longo dos últimos anos. Isso é um trabalho que nós estamos fechando por esses dias, um
889termo de acordo com o Ministério Público e com essas Secretarias citadas, para que a gente
890inicie um processo de regularização das captações existentes, decorrentes de obras executadas
891por esses órgãos públicos. Paralelamente a isso, estamos fechando um plano de trabalho para
892um projeto piloto de fiscalização no Litoral Norte do Estado onde há um cem número de

893pequenas captações de águas utilizadas por hotéis, por condomínios, por shoppings,
894restaurantes, particulares, nessa região do litoral, e com altos riscos de contaminação. E isso
895está sendo feito em conjunto com a Secretaria da Saúde, que é quem tem a atribuição de
896fiscalizar a qualidade desta água quando utilizada para abastecimento humano, que é o caso
897dessas captações existentes, e com a participação dos Municípios estamos finalizando este
898projeto, que deve iniciar nos próximos meses, fazendo uma varredura em todo o Litoral Norte,
899priorizando usos coletivos: hospitais, hotéis, restaurantes, condomínios, enfim, esse tipo de
900utilização. Há um decreto de 74 que proíbe a utilização de fontes alternativas de água para
901abastecimento público onde haja rede pública de abastecimento. Então, em cumprimento a
902este decreto de 74, e em cumprimento a uma necessidade de controle de qualidade de água
903que está sendo utilizada, é que estamos fazendo este projeto piloto no Litoral Norte. Temos
904recebido demandas do Ministério Público também em função da existência de um cem
905número de captações de poços em áreas de Municípios que têm rede pública. Quando eu
906falava desse decreto que proíbe a utilização para abastecimento, proíbe apenas para irrigação e
907para uso industrial. É vedado o uso para abastecimento público. Como estava dizendo, há um
908cem número de Municípios nesse Estado que há verdadeiras companhias de abastecimentos
909paralelas. Há um Município, aqui no Rio Grande do Sul, que, por uma denúncia da CORSAN,
910há uma fotografia de um reservatório da CORSAN, e uma vila que está a seco. E, do lado, há
911dois reservatórios particulares captando água em poços e distribuindo águas vila aquela e
912cobrando. Então, isso é uma situação muito comum, e vi, inclusive o xérox de um recibo de
913um particular que dava esse recibo a um condomínio pelo fornecimento de água a esse
914condomínio. Então, são situações muito comuns no Estado, e em vários Municípios há
915demandas hoje do Ministério Público, ações da CORSAN no sentido de que se coíba este tipo
916de utilização alternativa. E aos poucos a gente está conseguindo fazer com que várias dessas
917captações começam a ser lacradas. Recentemente, a questão de duas semanas, uma ação da
918Promotoria Pública no Município de Passo Fundo, e eu comecei a receber ligações de síndicos
919de condomínios ou de administradoras de condomínios pedindo como se fazia para obter a
920outorga. E questionei: “Mas para que se usa a água”. “Abasteço o edifício”. “Então, não vais
921ter a outorga”. “Mas o que eu faço”? “Fecha o poço e te liga na CORSAN de novo”. Então,
922por ter sido um processo histórico de muito tempo, ou seja, de usar o poço para abastecimento
923de um condomínio, do hotel, as pessoas continuam fazendo isso. O mais engraçado de tudo
924isso é que estou recebendo pressões muito fortes, estou recebendo inclusive supostas
925denúncias de que estou descumprindo a lei ao não emitir uma outorga, ao não dar uma
926autorização para alguém que manifestamente tem a intenção de fazer abastecimento em áreas
927em que há rede. Especificamente uma associação do Estado está publicando, nos seus jornais
928de classe, “denúncias ou acusações” de que eu estou descumprindo a lei e que o DRH está-se
929sobrepondo, está ditatorialmente impedindo que as pessoas façam uso de um recurso natural,
930de um recurso de altíssima qualidade, puro, cristalino, ou seja, o DRH está privando a
931população de fazer uso da água. Só que ele esquece de dizer que há um decreto que me
932impede de fazer isso. Eu recebi essa Associação esses dias, por meio de sua Presidência, e
933disseram uma série de coisas, e disse que não era comigo que tinham que brigar, que tinham
934que mudar a lei, e mudem a lei que eu passo a cumprir o que a nova lei vai dizer. Isso,
935evidentemente, é uma pressão econômica, pois estas empresas estão perdendo mercado e elas
936sabem, desde 1974 que não é permitida a utilização de água subterrânea ou de fonte
937alternativa em área de rede pública, e ainda assim, sabendo dessa lei, induzem aos
938proprietários de hotéis, condomínios, enfim, a fazer um poço. E depois eles não conseguem a
939outorga e o culpado é o DRH. Então, se a situação nossa, em termos de conhecimento e de

940 controle de águas subterrâneas que havia há alguns anos, era muito ruim, hoje me atrevo a
941 dizer que ela é um pouquinho melhor. Ou seja, estamos ainda muito longe de ter condições de
942 fazer um efetivo controle, tanto nos aspectos de quantidade de água que é utilizada, para os
943 vários fins, quanto em termos de qualidade desta água. Estamos, aos poucos, nos fóruns que a
944 gente dispõe, nos encontros que a gente dispõe, dos quais participam a sociedade, aos poucos
945 esclarecendo as pessoas de que este conceito de que água subterrânea é uma coisa
946 absolutamente límpida, isso não é verdade. Não sei se vocês se lembram, mas há alguns anos
947 um hospital, no Litoral Norte, teve um problema de contaminação, de doenças de veiculação
948 hídrica, e atribuiu isso à empresa de abastecimento. Na realidade, esse hospital tinha dois
949 poços nos fundos de seu terreno, não muito longe de sua fossa, e que bombeava esta água e
950 injetava na rede do hospital. Isso é muito comum das pessoas, por desinformação e por má
951 informação das empresas ditas de competência, perfurarem poços próximos da área da fossa
952 asséptica ou a um determinado curso de água com um grau de contaminação elevado. Então,
953 isso fundamentalmente é um trabalho de conscientização. O Estado jamais terá condições de
954 exercer uma fiscalização minimamente eficiente sobre a captação de água subterrânea pelo
955 simples fato de que um poço a gente esconde com uma caixa de papelão, não há nenhuma
956 dificuldade de se esconder um poço. Só conseguimos ter uma ação efetiva, ou por denúncia,
957 ou quando a gente pega uma máquina perfurando sem autorização. Isso, até um tempo atrás,
958 era muito mais fácil e se levava de 03 a 04 meses para perfurar um poço. Hoje um poço se faz
959 em dia, perfura-se, bota-se a proteção e a gente não tem sequer tempo. Então, só há uma
960 forma que é passar para a sociedade, passar para o usuário um processo de conscientização
961 para que ele se dê conta do risco que ele eventualmente ele possa estar correndo ao se utilizar
962 de uma fonte que não tem controle. Isso é paradoxal porque há alguns anos também uma
963 companhia de abastecimento do Estado, num Município do Estado não tinha condições de
964 atender a demanda do Município. Ou seja, o Município esteja crescendo e a empresa não tinha
965 condições de suprir esta demanda. E ela, em determinado momento, incentivou que se
966 fizessem poços. Ou seja, ela incentivou e pelo menos não coibiu, porque ela não tinha
967 condições de atender. E hoje essa empresa deixou de atuar lá, e hoje o Município está com
968 uma demanda, junto ao Ministério Público, para que se passe por um processo de lacrar esses
969 poços que antigamente foram incentivados. Então, há várias situações. E há duas formas do
970 Estado melhorar as condições de controle e fiscalização. Primeiro, aumentar o seu nível de
971 conhecimento, que é o que a gente está procurando fazer por meio desse mapeamento, agora
972 em fase de elaboração junto com a CPMN, e, por outro lado, esclarecer a sociedade da
973 importância de que ela tenha consciência de que tipo de utilização ela está fazendo, e de que
974 forma ela está utilizando uma água, que ela tem, muitas vezes por informações
975 desconstruídas, ou propositalmente enganosas, que ela tem como uma água de altíssima
976 qualidade, não é sempre assim. Muitas vezes é de baixa qualidade, exatamente porque os
977 pontos de captação se localizam em áreas muito próximas de regiões que têm potencial
978 contaminante, como é o de fossas assépticas ou de cursos de água superficial que têm um alto
979 grau de contaminação. Só para terem uma idéia do quantitativo que temos em termos de
980 outorgas emitidas, no ano de 2000, como falava, o decreto que regulamentou a outorga é de
981 196, e digo especificamente de água subterrânea foi em 2002. Em 2000 o Departamento emitiu
982 um total de 03 outorgas, e nenhuma autorização prévia. Em 2001 foram emitidas 11 outorgas,
983 e sempre água subterrânea, e nenhuma autorização prévia. Em 2002 foram emitidas 49
984 outorgas e 05 autorizações prévias. No ano de 2003, esse dado que tenho é de um mês, e há
985 um total de outorgas emitidas de água subterrânea de 63 e anuências prévias, em número de
986 22. Evidentemente, isso não é o número de processos que há dentro do Departamento, pois as

987 exigências para se analisar um pedido de anuência prévia ou para analisar um pedido de
988 outorga, foram formatadas ao longo do ano passado e nesse ano fizemos algumas adequações,
989 e inclusive foi concluído agora um trabalho feito por um grupo, que foi convidado pelo DRH,
990 para fazer uma nova depuração no termo de referência para orientar processo de solicitação
991 de outorga de uso da água. E isso, evidentemente, cria um grau de dificuldade par que o
992 usuário entre com uma solicitação. Não é um grau de dificuldade no sentido de inviabilizar,
993 muito antes pelo contrário; mas ele requer um mínimo conhecimento técnico de quem vai
994 encaminhar o processo para que ele chegue até a obtenção dessa autorização prévia ou da
995 outorga. Há 100 processos em andamento dentro do DRH, que eles não estão em análise, eles
996 já foram analisados, e foram solicitadas complementações de informações aos solicitantes.
997 Hoje, apesar da nossa equipe ser extremamente reduzida, o DRH conta com três profissionais
998 na área de autorização, de outorga de uso da água, eu, específico, para água superficial, e um
999 geólogo específico para água subterrânea. Um processo de água subterrânea quando entra no
1000 DRH leva, em média, 15 dias para ser analisado e se falta informações, ele é devolvido ao
1001 solicitante, pedindo as informações complementares, ou se ele está completamente bem
1002 instruído, ou seja, no máximo em 20 dias a gente consegue emitir uma portaria, ou de
1003 anuência prévia, ou de outorga de uso. A súmula dessas portarias é publicada no Diário
1004 Oficial do Estado, então, qualquer pessoa pode acompanhar, e não estamos ainda
1005 disponibilizando pela Internet porque a nossa estrutura hoje de atualização desse sistema
1006 ainda não é muito boa. Mas, a nossa idéia é, num prazo curto, colocar, via o site da
1007 SEMA/DRH, todos os processos emitidos, todas as portarias emitidas, não na sua
1008 integralidade, mas uma súmula, e também os processos que estão entrando aqui entrando para
1009 solicitação de outorga. Temos ainda um caminho extremamente longo para andar no que se
1010 refere principalmente em água subterrânea. Em água superficial a situação não é tão
1011 complicada, pois, até como disse, a gente enxerga, e qualquer captação a gente consegue ver
1012 porque é visível. Em água subterrânea o nosso nível de conhecimento é baixo e o nosso poder
1013 de fiscalização, e aí até tiro fora a estrutura pequena do Estado, é extremamente reduzido face
1014 a dificuldade de se visualizar um ponto de captação. Estou à disposição para informações
1015 complementares. **Sr. Presidente:** Com os Srs. Conselheiros a oportunidade de pedido de
1016 maiores informações acerca deste assunto. Partilhamos, sim, da preocupação, sobretudo
1017 considerando o cenário, que muita propriedade coloca o Diretor do Departamento de Recursos
1018 Hídricos, e a preocupação do Conselheiro proponente da abordagem desse assunto de que as
1019 águas subterrâneas requerem, sim, cuidados maiores do que aqueles que vêm tendo.
1020 Considerando a profusão, a forma com que isso acontece, e, sobretudo, o abandono quando os
1021 poços não atendem a expectativa, seja por qualidade ou quantidade, muitas vezes, não é raro,
1022 o abandono dos poços sem os devidos cuidados, imprescindíveis para o tamponamento, a fim
1023 de se evitar que se transformem em vias de contaminação, pura e simples. Colocamos este
1024 Conselho à disposição para discutirmos este assunto, que requer, sim, faço questão de
1025 enfatizar, Srs. Conselheiros, cuidados redobrados porque se por um lado estamos
1026 contaminando as águas superficiais e estamos tendo facilidade de identificação, mas não a
1027 eficiência na descontaminação, se esta acontecer em relação às águas subterrâneas como é que
1028 vamos proceder a descontaminação daquelas águas. Então, só me permitam agregar estas
1029 observações, talvez devesse abster-me dos comentários, só parece que o assunto, sim,
1030 Conselheiro, é por demais importante para que nós não venhamos a nos dar conta tardiamente,
1031 pois o custo de reversão do quadro pode ser inacessível. Dificuldades temos para
1032 descontaminar as superficiais, que dirá as subterrâneas. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Em nome
1033 da FAMURS, Presidente, gostaríamos de nos colocar à disposição. Se o DRH tivesse interesse

1034de fazer uma planilha, uma das coisas que temos incentivado aos Municípios é que façam o
1035cadastramento dos poços de águas subterrâneas nos seus Municípios. Só que a dificuldade que
1036a gente tem tido é de se ter uma planilha de cadastrado que efetivamente possa ser utilizada,
1037porque as formas que os Municípios fazem, aqueles que o fizeram seus cadastros, não se
1038tornou possível um aprimoramento do processo. Então, a sugestão que dou, Presidente Dilda,
1039é de que este assunto pudesse ser conduzido nesse sentido. Nós, da FAMURS, colocamo-nos
1040à disposição, se vocês desenvolverem uma metodologia, de fazer cadastro, que a gente
1041pudesse fazer com que essa informação tivesse, nos Municípios e no Estado, nós, da
1042FAMURS, tenho certeza que os Municípios fariam esse cadastramento, porque nas Secretarias
1043de Saúde dos Municípios temos uma demanda grande de pessoas que acabam sendo atendidas
1044pelo Sistema Único de Saúde do Município em função de doenças de água contaminada.
1045Inclusive, temos números que aproximadamente 30% das doenças que tratamos em nossas
1046Secretarias de Saúde dos Municípios, são por água contaminada. Tenho certeza que se nós
1047fizéssemos um trabalho conjunto, nesse sentido, talvez daqui a um ano, dois anos, em um ano
1048a gente faria o cadastro, e dentro de um ano e meio, dois anos, teríamos um diagnóstico e daí
1049poderíamos partir para algumas propostas de como agir. Acho que cabe uma parceria, e a
1050FAMURS se coloca à disposição de fazer um convênio, tanto com a SEMA, quanto com o
1051Departamento, nesse sentido. **Sr. Geraldo André Susin:** Só para contribuir com aquilo que
1052estava sendo colocado, que vamos citar um exemplo que acontece em Caxias, de que foi
1053tratado em outras reuniões. Um dos maiores bairros lá, o Serrano, dentro de bacia de captação.
1054Há a distribuição de água, há uma rede separadora de esgoto, as pessoas pagam uma taxa de
1055esgoto proporcional à água, que o SAMAE, que é a “CORSAN” local distribui. E não há
1056fiscalização, de parte do SAMAE, quanto a esta clandestinidade. Então, elas pagam uma taxa
1057proporcional à água vendida. Essas pessoas encontraram um jeito de furar, que é um bairro
1058bastante grande, de captar água clandestina do subsolo, com isso pagam menos água da rede e
1059pagam menos esgoto, mas não percebem aquilo que dito,que estão-se contaminando. E além
1060de estar em cima, sobre uma bacia de captação, onde está inviabilizando todo o Município.
1061Dentro daquela linha: ou a gente aprende pelo amor entendendo este processo ou pela dor com
1062a doença. Só para contribuir e deixar esta reflexão final. Obrigado. **Sr. Manoel Augusto da**
1063**Luz Coelho:** Importante enfatizar que a mídia também é muito importante. Como trabalho na
1064Secretaria de Cultura se vê que campanhas de conscientização são muito importantes para
1065divulgação de assuntos importantes, como relacionou o Rogério. E seria bom dentro da
1066própria Secretaria, da SEMA, do Conselho, tendo essa parte da municipalização da Secretaria
1067do Meio Ambiente, se trabalhasse em campanhas de conscientização junto aos Municípios, e
1068Secretarias de Saúde e autarquias vigentes, que tratam do assunto, campanha junto aos
1069bairros, à população do Município para que se apercebam, dentro da dificuldade até do
1070acompanhamento da Secretaria para fiscalização, que se fizesse essa conscientização e o
1071próprio morador fosse o fiscal dessa região onde está sendo implementada esta dificuldade.
1072**Sr. Oscar:** Sou geólogo, e estou participando da nova Diretoria da APSG – Associação
1073Profissional Sul-Brasileira de Geólogos. E a APSG criou uma Câmara Técnica para discussão
1074de águas, e dentro desta Câmara, então, há a questão de águas subterrâneas. E representando
1075esta Entidade, a gente vem-se colocar à disposição de um trabalho conjunto do DRH, das
1076Secretarias que estão envolvidos com este tema, águas subterrâneas, para que os técnicos e a
1077própria Entidade tenham participação e mostre também que há obras que devem ser
1078abandonadas, há obras que devem ser tratadas com maior cuidado dentro da lei, e essa é a
1079situação que a APSG assume em função de toda esta controvérsia com lei de utilização.
1080Então, a APSG, a partir daqui, dessa nova Diretoria, pretende participar mais dessas reuniões

1081do CONSEMA, inclusive na questão de licenciamentos ambientais quanto a corpo técnico
1082que, com certeza, vai exigir a presença de geólogos. Só fazer o registro da presença da APSG
1083nessa reunião. **Sr. Presidente:** Acreditamos que estas parcerias são construtivas e a gente
1084pode viabilizar. **Sr. Rogério Dewes:** Oscar, a APSG não está no grupo de trabalho que está
1085revisando o termo de referência? **Sr. Oscar:** Estava presente. **Sr. Rogério Dewes:** De
1086qualquer forma, a APSG está contribuindo. E há outro fator que esqueci de falar, e já que o
1087representante da FAMURS se manifestou, de que há um modismo no Estado que se chama
1088“água termal”. E muitos Prefeitos acham que eles precisam ter uma fonte de água termal em
1089seu Município. E quando eu falava que há máquinas que furam um poço de 200 metros a 300
1090metros num dia. E há máquinas que furam 1500 a 2000 metros de profundidade, tipo
1091perfuração de petróleo. E muitas Prefeituras, por ouvir o galo cantar e não saber onde,
1092resolvem achar que tem água termal em seu Município. E contratam uma empresa, que dispõe
1093de uma máquina dessas, e vão lá e gastam alguns milhares de reais, e perfuram e passam em
1094toda a camada de basalto e vão a 1500 metros de profundidade. E se não tem água termal não
1095interessa. E simplesmente abandonam o poço, deixam aberto, como o Cláudio colocou há
1096pouco e temos aí um excelente ponto de entrada de contaminantes, que vai contaminar, não o
1097aquífero, mais superficial, mas vai contaminar o Botucatu que está lá há mil metros de
1098profundidade. Isso é outra questão. E se acha que tem água termal no Município, muda
1099radicalmente o perfil do Município. E o Prefeito é induzido a fazer isso, faz, e não dá nada,
1100vai embora e deixa aberto. E isso é um outro fato, e isso é extremamente difícil, e há um
1101Município que resolveu achar água termal a qualquer preço, perfurou um poço de quase 2500
1102metros de profundidade, passou Botucatu, não achou água termal, e a formação que se tem
1103embaixo, que se chama “rio do rastro” que é uma formação que tem águas com altos teores de
1104nitratos. E esse poço é jorrante, ou seja, ele está saindo água. E mesmo que a gente tampone
1105este poço hoje, ele vai continuar contaminando o Botucatu por baixo, porque ele passou o
1106Botucatu, que é o maior aquífero do mundo, chamado o “Aquífero Guarani”. Para fechar esse
1107buraco precisa ter tecnologia de prospecção petrolífera, porque são 2.500 metros de
1108profundidade. Tem que se fazer um poço lateral, é o que os caras fazem quando pega fogo
1109num poço de petróleo. Fura do lado e tampona lá embaixo. E quando é que vão fazer isso?
1110Nunca, pois isso é extremamente caro. O Prefeito achou que ele tinha que ter água termal no
1111Município dele, e alguém contou isso para ele. E ele não botou dinheiro dele, e ele botou
1112dinheiro de uma compensação pela construção de uma hidrelétrica no Rio Uruguai. Então, a
1113empresa tinha que compensar o Município, porque ele perdeu o seu balneário, vamos fazer
1114um poço aqui e aí contratou uma empresa de São Paulo, ninguém sabe quem é, estou tentando
1115descobrir e não consigo, para fazer esse poço. Está lá jorrando água, água com alto teor de sal
1116e nitrogênio. Ou seja, o próprio poder público fez isso. **Sr. Presidente:** Permitam-me que eu
1117leia as Comunicações: 1 – Ofício da Secretaria da Agricultura e Abastecimento comunicando
1118a não-presença do Secretário Odacir Klein, mas do representante substituto da Pasta,
1119Adoralvo Schio; 2 – Ofício Circular do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul,
1120por meio de sua Comissão Permanente de Fiscalização, tendo presente denúncia apresentada a
1121este Colegiado no que se refere a dano ambiental com potencial -reserva ecológica – com
1122consequência lesão à saúde pública da população, solicitando manifestação urgente da
1123instituição com o objetivo de que sejam adotadas medidas saneadoras à resolutividade do
1124pleito. Complementando a informação, considerando o teor da denúncia, foram tomadas
1125providências no sentido de acionar o Município de Porto Alegre para que fiscalize as
1126empresas nominadas e com o devido endereço, assim como o setor técnico da FEPAM para
1127que, concomitantemente, ou na omissão, tome as providências. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** A

1128denúncia é do quê? **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Sei do que se trata. São três
1129empresas que fazem artefatos a partir de aparas de couro aqui no Bairro Glória, bem embaixo
1130da Embratel. E esse é um processo que já vem correndo há bastante tempo, já temos uma
1131denúncia aqui na FEPAM, mas o licenciamento está com a Prefeitura, a Prefeitura já esteve lá
1132algumas vezes. E as informações que nós tivemos até agora, pelos Amigos da Terra, é que
1133eles não usam produtos químicos, e não seriam empresas que estariam recurtindo o couro, e
1134eles fazem amaciamento de couro com gordura, mas realmente tem mal cheiro, estive
1135visitando a região, e o couro que eles usam é um couro que usa o processo mais tóxico de
1136curtimento; 3 – Ofício da ALGA solicitando oportunidade de apresentar o projeto da APA
1137Taquari-Antes (o que aconteceu); 4 – Movimento Roessler comunicando, via telefone, a
1138impossibilidade de titular e suplente comparecerem a esta reunião; 5 – Ofício do DAER
1139encaminhando volume do Relatório de Supervisão Ambiental da Rota do Sol – Lotes 1, 2 e 3
1140– referente ao mês de junho de 2003; 6 – Ofício do DAER encaminhando à FEPAM volume
1141de monitoramento trimestral da fauna da Rota do Sol, referente ao período de abril,
1142maio/2003, conforme determinação da Licença 012/97 do IBAMA; 7 - Publicação no Diário
1143Oficial do Estado do dia 18-08-2003 de ato de nomeação de Edi Xavier Fonseca e Guilherme
1144Dornelles, representantes da AGAPAN para comporem este Conselho na condição de titular e
1145suplente, respectivamente. **7 – Assuntos Gerais. Sra. Edi Xavier Fonseca:** A gente vai
1146mandar por escrito depois, mas nós gostaríamos que na próxima reunião do CONSEMA fosse
1147tratada a situação atual dos resíduos sólidos das três fontes geradoras: indústria, domiciliar e
1148hospitalar, licenciamento, mapeamento de todas as questões, não-só se tem licenciamento ou
1149não, mas como está a questão dos resíduos sólidos no Estado. **Sr. Mauro Gomes de Moura:**
1150Sr. Presidente. Apenas uma preocupação que está-me surgindo. Eu tive oportunidade desta
1151semana fazer uma palestra na FAMURS, no 7º Encontro de Dirigentes Municipais de Meio
1152Ambiente, deveriam ter uns 340 Secretários. E um assunto que não é segredo, foi tratado lá, e
1153houve uma palestra, e tive oportunidade de chegar cedo, assisti a primeira palestra, do Prof.
1154André, da PUC, que falou sobre a constitucionalidade ou não das nossas resoluções 04 e 05, e
1155da própria 237 com relação à habilitação de Municípios. E isso não é novidade nenhuma.
1156Quem fizer uma pesquisa na Internet hoje com o nome de Edson Milaré, que é um Promotor
1157de São Paulo, procurando o que ele entende desse assunto, vai ver que ele pensa a mesma
1158coisa. E fico preocupado,que temos as Resoluções 04 e 05, e que lá na própria reunião da
1159FAMURS, pelo que eu pude sentir dos Srs. Secretários, são resoluções boas, e que estão
1160dando um regramento para o Município se habilitar, botando Conselho, botando equipe
1161técnica, botando fundo, e nem a própria FAMURS, apesar de ter chamado a palestra, está
1162contestando as Resoluções 04 e 05, mas a minha preocupação é que a gente realmente não
1163perca esses instrumentos, porque com o que aconteceu hoje com Não-Me-Toque, e quando a
1164gente chama aqui relatório dos Municípios habilitados que se encontram no licenciamento,
1165nós já criamos Conselhos exatamente para que os Conselhos verifiquem o que está
1166acontecendo em seus Municípios, os promotores locais vejam o que está acontecendo, e eu
1167acho exagero a interferência do Estado no Município desta forma. Nós já criamos
1168instrumentos que já estão cerceando uma habilitação, que é dada constitucionalmente aos
1169Municípios, e os Municípios estão-se habilitando, desta forma, e ninguém está contestando, e
1170o meu medo é que com estas atitudes de pedir relatório e cercear a implantação de habilitação
1171talvez a gente chegue a perder um instrumento que, parece-me, ser muito bom nesse
1172momento. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente. Na verdade, nós, da FAMURS,
1173encaminhamos a este Conselho uma proposta de alteração da referida Resolução 04, da
1174Resolução 05, e está sendo esquecido que a habilitação dos Municípios também é estabelecida

1175na Resolução 016/2000, e a nossa preocupação advém do pacto federativo, que estamos
1176discutindo, em nível de Brasil, e vocês sabem: ou a gente é um País federativo ou não é. O
1177SISNAMA, que está aí, foi constituído e foi criado num outro momento, o Brasil não tinha
1178uma constituição federativa e, portanto, em função disso, e é disso que vem esse resquício que
1179nós temos que discutir. Então, e me preocupo no sentido do que o Mauro colocou, mas
1180gostaria de que esse assunto fosse tratado primeiramente na Câmara Técnica e vou fazer um
1181apelo aqui: a nossa representante da FAMURS na Câmara Técnica dos Assuntos Jurídicos
1182colocou em pauta, e foi retirado de pauta, e o assunto não retornou à pauta. Então, isso tem
1183que ser discutido, e entendemos que os Municípios não têm que se habilitar. Ou eles são
1184competentes ou não são competentes. Concordo que temos que ter critérios. E quem vai
1185fiscalizar? O Conselho Municipal, o Ministério Público e os outros entes todos fiscalizam.
1186Mas, acho que o termo habilitação está errado. Só que não gostaria de discutir no Plenário
1187sem antes de passar pela Câmara Técnica. Então, gostaria de fazer um apelo que a Câmara
1188Técnica de Assuntos Jurídicos analisasse o assunto, emitisse um parecer e aí, posteriormente,
1189fizéssemos uma análise aqui no Conselho. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Não
1190sei, Valtemir, porque normalmente todos os assuntos passam pelo Plenário do CONSEMA
1191para depois serem encaminhados para as Câmaras Técnicas porque aí as pessoas já vão com
1192subsídios da discussão do Plenário. Claro que isso atrasaria mais a análise da proposta da
1193FAMURS, mas, até o momento, tem sido assim, talvez até outras Entidades conhecendo o
1194teor da proposta da resolução, quisessem acompanhar as Câmaras Técnicas. Outro assunto
1195que queria tratar é que foi marcado reunião da Câmara Técnica de Biodiversidade e não
1196tivermos “quorum”. A Câmara Técnica não se reuniu nenhuma vez este ano, ela foi chamada,
1197por determinação do Plenário do CONSEMA, e não tivemos “quorum”. Então, queria fazer
1198um apelo a todas as Entidades que têm representação, que participem da próxima reunião e
1199quem não tiver mais interesse em participar desta Câmara Técnica que peça para sair para que
1200a gente possa garantir o “quorum” nas próximas reuniões. **Sr. Geraldo André Susin:** Em
1201outubro acontece a 10ª Semana Interamericana da Água, que é uma promoção do Governo do
1202Estado, da ABES e diversas outras Entidades, e acontece de 04 a 12 de outubro, onde o tema
1203é: “Dez anos de mobilização pela água”. Então, para isso encaminhei para a Presidência um
1204texto: “Mobilizai-vos” que, se pudesse, fosse distribuído para os Conselheiros e que fosse um
1205ponto de reflexão quanto a esta questão que a gente vem tratando aqui, e que na próxima
1206reunião ficássemos com este espírito. Obrigado. **Sr. Presidente:** Efetivamente, o Conselheiro
1207Geraldo encaminhou hoje este texto, e eu acabei de passar para a Secretária Executiva para
1208inserção na próxima reunião, inclusive o texto estará na pasta da próxima reunião. **Sra.**
1209**Sandra Polino:** De 8 a 12 de outubro, neste mesmo intervalo, acontecerá o Fórum
1210Internacional das Águas, na FIERGS, com oficinas, abordando temas, bastante aqui discutidos
1211hoje, inclusive sobre o Aquífero Guarani, e seria bem interessante que todos pudessem
1212participar, e já está na programação. Qualquer dúvida, estou participando da equipe de
1213elaboração da Secretaria de Educação, e qualquer coisa, posso trazer. **Sr. Presidente:**
1214Considerando o teor das duas últimas comunicações, de 10 a 14 de setembro estará
1215acontecendo o IX Congresso Florestal Estadual. Como acontece desde o primeiro, vai
1216acontecer em Nova Prata. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Falamos em águas profundas e poços
1217tubulares, e no dia 05 de setembro, os Conselheiros que tiverem interesse, a Secretaria de
1218Obras do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente da
1219Assembléia Legislativa estará promovendo um dia de discussão sobre o Aquífero Guarani. Os
1220Conselheiros que quiserem ter algum conhecimento a mais sobre esse assunto – poços de
1221águas profundas. Outro assunto, que acho que o Conselho não está mobilizado para isso, e

1222gostaria de pedir que o Conselho se mobilizasse, e inclusive na próxima reunião fosse
1223colocado como pauta, de tirar uma comissão do Conselho para acompanhar a Conferência
1224Estadual das Cidades, que vai acontecer nos dias 23 e 24 de setembro, que é preparatório para
1225a Conferência Nacional das Cidades, que vai acontecer em outubro. E nós também temos a
1226Pré-Conferência à Conferência Nacional de Meio Ambiente, que este Conselho tem que se
1227presente. Então, gostaria de pedir a todos vocês, e que na próxima reunião, Sr. Presidente
1228fosse colocado como prioridade de pauta a Pré-Conferência Nacional, a Conferência Nacional
1229de Meio Ambiente que vai acontecer nos dias 29 e 30 de novembro em Brasília. Nós teremos
1230a nossa Pré-Conferência no Rio Grande do Sul no final de outubro, e temos que nos mobilizar,
1231e também a Conferência Estadual das Cidades, quanto a Conferência Nacional das Cidades.
1232Esses dois assuntos entendo que são fundamentais, pois não tem como nós planejarmos as
1233nossas cidades sem meio ambiente não tem como nós fazermos uma Pré-Conferência do
1234Meio Ambiente sem a participação do CONSEMA. **Sr. Presidente:** Em Ibirubá, de 1º a 03 de
1235outubro acontecerá o Congresso Nacional de Educação Ambiental. **Sr. Valtemir Goldmeier:**
1236Comunicar aos Conselheiros que o CONDIMA – Conselho dos Dirigentes Municipais do
1237Meio Ambiente, Conselho esse das FAMURS que existe desde 93, elegeu agora na terça-feira
1238a sua nova Diretoria, e a nova Presidente do CONDIMA é a Sra. Maria Freitas do Município
1239de Capão da Canoa. Então, o CONDIMA da FAMURS tem nova Presidência, e a presidência
1240é do pessoal do litoral por esses dois anos. Obrigado. **Sr. Presidente:** Agradecemos a
1241presença dos senhores a esta 55ª Reunião Ordinária do CONSEMA e já deixamos pré-
1242agendado para o dia 19 de setembro a 56ª Reunião Ordinária. Muito obrigado. (Encerram-se
1243os trabalhos às 17h25min).